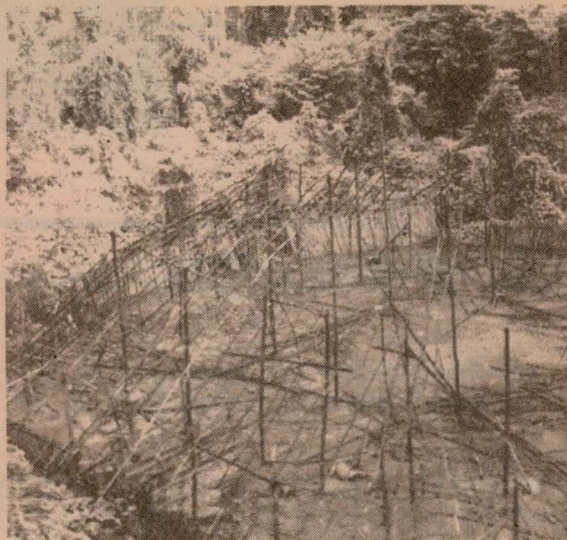


A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



AMAZÔNIA
O problema da soberania brasileira na região amazônica ganha mais importância com a divulgação do massacre dos ianomâmi.
PÁGINA 5

MOVIMENTO JOGA AREIA NA REVISÃO



Arrastão contra a revisão em Fortaleza



Ato nacional em Brasília



Sindicalistas e políticos lançam movimento no Rio



Estudantes: regulamentação sim, revisão não



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas

Resumo

17/8. terça

Publicado pelo jornal El Comercio do Equador o estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento, órgão do governo daquele país, relatando que de cada dez equatorianos capacitados para o trabalho, sete estão desempregados ou vivem no subemprego. Em termos percentuais são 14,7% de desempregados e 50% de subempregados.

19/8. quinta

Anunciada pelo Ministério das Finanças do México que a dívida externa mexicana chegou aos US\$ 121 bilhões no final de junho, o nível mais alto em toda a história da nação e equivalente a 34,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, quase US\$ 80 bilhões são devidos pelo setor público. Esse é o resultado da "redução" da dívida através do Plano Brady. Já a dívida interna mexicana é de cerca de US\$ 37 bilhões e o déficit no balanço de pagamentos em 92 foi de US\$ 20 bilhões. De 1990 a 1993, o número de mexicanos pobres passou de 41 milhões para 47 milhões. O México é um dos países mais avançados na aplicação do projeto neoliberal na América Latina, um dos que mais privatizou e mais abriu sua econo-

mia. Esse "belo e moderno" modelo que a elite brasileira está seguindo.

20/8. sexta

Divulgado pela FIPE o índice de inflação para a segunda quadrisemana de agosto: 32,72%. Assim é quase certo que o índice do mês de agosto atinja os 33%. Os alimentos, em especial a carne, foram os grandes responsáveis pela forte elevação dos preços em São Paulo.

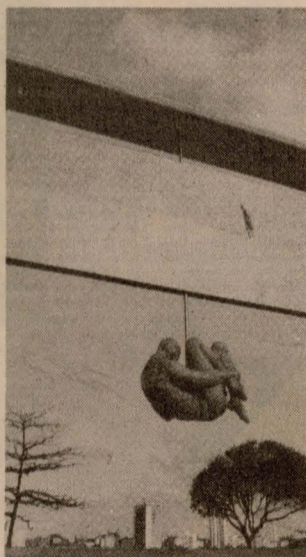
24/8. terça

O comerciante Ettore Gagliari, sócio do pianista João Carlos Martins na Paubrasil e noutras empresas, disse à Polícia Federal em São Paulo que toda movimentação bancária e repasses financeiros da empresa eram de responsabilidade de Martins, desmentindo o que este havia declarado dois dias antes. Há evidências crescentes de que a Paubrasil passou cheques em branco para o filho do prefeito Paulo Maluf, Flávio Maluf, e para o jornalista Carlos Tavares, assessor de imprensa do prefeito. Ainda há muito o que se apurar no caso Paubrasil. Enquanto isso, Maluf segue sua tática de se defender acusando a CUT e o PT.

Desaparecidos do Araguaia

No dia 18 de agosto, o Tribunal Federal de Recursos arbitrou sentença favorável aos familiares e amigos dos mortos e desaparecidos do Araguaia, determinando ao Exército que divulgue informações acerca da localização exata dos corpos das vítimas. Embora o Exército já tenha anunciado que recorrerá da decisão, a sentença significa importante vitória e dá novo ânimo à luta de amigos e familiares dos militantes políticos assassinados no Araguaia.

Em Recife, foi inaugurado dia 27 o Monumento Tortura Nunca Mais em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. O Monumento fica na calçada à margem do rio Capibaribe, cruzamento da rua Aurora com avenida Mário Melo.



Monumento contra tortura

26/8. quinta

Completo nove dias a greve dos professores do ensino público estadual de São Paulo. A adesão ao movimento chega a 70% dos 220 mil profissionais da área. Na sexta, 20, os professores fizeram passeata pelo centro da Capital. Uma das maiores manifestações populares já ocorridas em São Paulo, com mais de 30 mil pessoas. A greve surgiu em protesto aos baixos salários da categoria e ao valor do vale-refeição: 31 cruzeiros reais.

27/8. sexta

Iniciado no Rio de Janeiro o 3º Congresso Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Leonel Brizola, líder do partido e governador do Estado do Rio de Janeiro afirmou que as teses colocam que o PDT é pela "negação deste (atual) modelo econômico de natureza colonial que nunca foi capaz de um projeto coerente para o Brasil ... este sistema perverso, que há duas décadas suga e extrai os frutos do trabalho do povo brasileiro e as riquezas da Nação, está podre".

Congratulação

Quero congratular-me com a equipe da Classe pelas inovações no jornal, as quais contribuirão para ampliar seu público leitor e reforçar a propaganda da proposta revolucionária do PCdoB. Destaco como melhores novidades, além do novo "layout" (as capas estão excelentes), a introdução de novas colunas e seções como "Resumo", "Crônica de Brasília", "Tema em Debate" e "Dicionário Marxista"; o retorno da página de cultura; o aprofundamento de um tema de grande interesse e o texto mais "enxuto", demonstrando preocupação mais profissional da equipe em atrair o leitor não só pelos temas mas também pelo prazer de ler um texto gostoso. A matéria sobre a "invasão" ianque na Amazônia foi bastante esclarecedora e acho que o assunto, pela sua importância, deveria ser mantido em pauta, abordando outros aspectos e novas informações.

Gostaria também de puxar a orelha só para dois pequenos detalhes: mais cuidado com a revisão, a periodicidade longa torna as "Erratas" quase ineficazes, deste modo, a fronteira amazônica brasileira tem apenas 11 km e o PCdoB tem dois presidentes nacionais (João Amazonas e José Reinaldo). No mais o pessoal "tá dando um banho".

Inácio Carvalho
Fortaleza - CE

Memória

Ironia ou coincidência do "destino"? Quando as forças retrógrads vangloriavam o golpe de 64, assecas do PCdoB de Tangará da Serra (MT) choravam pela cessação de seu prócer: Lázaro Firmino de Barros. Sua trajetória revolucionária conduziu-o em várias órbitas contra os tiranos do golpe e em defesa do proletariado, organizando sindicatos específicos e militando no partido, propondo em troca a inscrição em seu túmulo: "Aqui jaz um revolucionário". Não obstante, como ressaltou Fidel Castro no velório solene em memória do comandante Che Guevara, na Praça da revolução em Havana no dia 18 de outubro de 1967: Até a vitória sempre, camarada Lázaro.

Edson Vicente da Costa
Tangará da Serra - MT

Contribuição

Junto a esta remeto-lhes o valor de 50 cruzeiros reais para auxiliar nas despesas para que a Classe continue circulando sempre cada vez melhor.

(Nota da Redação: todo mês recebemos esta colaboração).

João Augusto da Fonseca
Itapeva - MG

Sugestão

Escrevo para reforçar a sugestão da estudante Maria Galliza, de Recife, para que a Classe publique como o "socialismo resolveria os atuais problemas econômicos brasileiros e mundiais".

Ermano F. de Oliveira
Altamira - PA

Polêmica

O artigo "Relação entre burocratismo e dogmatismo", de Renato Rabelo, nos faz deparar com o seguinte dilema: O dogmatismo pressupõe a existência de dogmas; que dogmas poderiam ainda ter subsistido ou vindo a existir com força suficiente para gestar o burocratismo no ventre de uma sociedade baseada fundamentalmente em um corpo teórico científico?

Uma grande potência econômica e militar como a URSS, fruto do trabalho consciente de transformação da sociedade por revolucionários convictos e dedicados, teria tido como gênese da sua desintegração a prolongada convivência com

dogmas? Não há dúvidas de que o burocratismo contribuiu enormemente no processo de desintegração da URSS, mas não seria precipitado e complicadíssimo apontarmos uma visão dogmática do corpo teórico marxista-leninista como o processo gestor do burocratismo?

Alexandre Rangel
Campinas - SP

Exemplo de Fidel

Neste 13 de agosto completou o camarada Fidel Castro 66 anos de vida. Em 26 de julho de 53 ele liderou o ataque rebelde à guarnição militar de Moncada e, nesse ano, foi capturado pelas tropas do tirano Batista, ficando preso até 55. Em 2 de dezembro de 56 desembarcou com 82 homens na província de Oriente em Cuba, perdendo a seguir 65 de seus homens numa emboscada dos soldados de Batista. Com os homens restantes atingiu as Sierras Maestras e de lá deu início à organização da guerrilha. Em 28 de maio de 57, os revolucionários capturaram a guarnição militar de Uvero obtendo grande quantidade de armas. Em 31 de dezembro de 58, Santa Clara capitula ante as tropas de Guevara. Em janeiro de 59, Batista foge de Cuba e Fidel entra triunfante em Havana.

Que o exemplo deste revolucionário extremamente habilidoso com as armas e com a palavra dê novo alento e perspectiva àqueles que se dizem revolucionários da atualidade mas que relutam em fazer o menor esforço, a dar a mínima contribuição, a entender a necessidade do estudo, da organização, da agitação e da propaganda.

Eduardo Fontinelli
Angra dos Reis - RJ

Jornal da verdade

É com grande prazer que escrevo para a Classe. Tenho 16 anos, sou presidente de um grupo de jovens do meu bairro, onde participo muito dos problemas e às vezes consigo resolvê-los, como o caso da construção de uma quadra de esportes, abertura de uma rua ligando o bairro a outro, iluminação, empedramento de uma rua e ligação de água aonde não tinha. Tenho uma ideologia comunista que às vezes não é bem aceita, mas sabendo expressá-la sempre dá certo.

Leio a Classe Operária porque um amigo me empresta. Não tenho condições de assinar, mas acho o jornal da verdade, que todos deveriam ler. Gostaria de saber mais sobre o PCdoB e se acaso quiserem me mandar algum material de estudo e um crachá com o símbolo do PCdoB eu usaria com muito orgulho. Escrevi também para perguntar a opinião do PCdoB sobre os movimentos separatistas, principalmente esse do Sul do país.

Valtemir Borges da Silva
Cruz Alta - RS

Doação de livros

Sou presidente do PCdoB em Araxá e peço aos amigos e camaradas que tenham livros sobre socialismo e comunismo ou outros relacionados com estes assuntos, que façam doações ao nosso partido daqui, pois serão de grande utilidade para a educação revolucionária comunista de Araxá e precisamos dessa colaboração. Quem puder envie para: Gilson B. Santos - Rua Santa Terezinha, 160 - Araxá - Barreiro - MG - CEP 38181-000.

Gilson B. Santos
Araxá - MG

Erramos

Na matéria "Os americanos estão chegando na Amazônia", na Classe Operária número 108, na página 8, está escrito que Barranquilla, onde os americanos montaram uma base de radares, fica na Venezuela. Na verdade, a cidade fica na Colômbia, fronteira com a Venezuela.

Na mesma página, na matéria "Amazônia cobiçada", primeira coluna, segundo parágrafo, onde se lê: "...a maior biodiversidade biológica..." , leia-se: "...a maior diversidade biológica..." e na segunda coluna, segundo parágrafo, onde se lê: "...de terra com pouco mais de 11 km de fronteiras dos quais 6,5 km estão..." , leia-se: "...de terra com pouco mais de 11 mil km de fronteiras, dos quais 6,5 mil km estão..."

Suspensão leilão da Açominas

Sérgio Miranda

Deputado federal pelo PCdoB-MG

O leilão da Açominas, adiado para 10 de setembro, encerrará a primeira fase do programa de privatização das empresas estatais iniciado por Collor ao qual, apesar das declarações iniciais, Itamar dá continuidade. Dessa forma, todo o setor siderúrgico estatal, bem como o petroquímico e o de fertilizantes, foi repassado para grupos capitalistas, criando monopólios privados nesses setores. Tudo feito através de um processo viciado, verdadeiro saque ao patrimônio da nação.

No caso da Açominas repete-se o que houve nas outras estatais. O poder público investiu na sua construção algo em torno de 6 bilhões de dólares e um patrimônio hoje avaliado em 2,5 bilhões de dólares vai a leilão por um preço mínimo de 346 milhões de dólares. Para chegar a isso, o BNDES utiliza critérios que afrontam nossa inteligência.

O patrimônio é subavaliado e desconsideram-se bens como a participação no terminal portuário de Praia Mole (ES), imóveis urbanos e rurais de matéria-prima e de produtos já elaborados, recursos financeiros disponíveis e direitos resgatáveis a curto e a longo prazos. Insatisfeitos, aplica-se um deságio justificado como a média dos

resultados anteriormente observados em leilões públicos e ainda estabelecem um preço supondo que a empresa será liquidada, que deixará de funcionar, e assim desconsidera o valor das construções, montagens etc.

São arquitetados falsos horizontes econômicos,

superdimensionam-se custos, subavaliam-se receitas, inventam-se investimentos obrigatórios para bens que se aconselham vender. A avaliação é feita por uma empresa de consultoria que presta serviços à Usiminas (já privatizada e parte interessada na compra), num flagrante desrespeito à lei de privatizações.

Mais absurdo ainda é o Estado vender a Açominas por 346 milhões de dólares e assumir uma dívida de outros 406 milhões com bancos estrangeiros, fruto de uma operação nebulosa para compra e instalação de laminadores médios e pesados até hoje sem funcionar.

Mesmo tardiamente, parece que o Tribunal de Contas da União se sensibilizou com as constantes denúncias sobre o processo de privatizações e adiou o leilão da Açominas para que seus auditores examinem os laudos de avaliação que, conforme eles, contêm graves "incorreções metodológicas". Essa medida é um alento àqueles que se contrapõem ao projeto neoliberal de desmonte do Estado Nacional e servirá de base para que se inicie uma séria apuração das irregularidades que vêm sendo denunciadas desde a venda da Usiminas.

Vencida esta etapa do processo de privatização, as elites dominantes prepararam-se para fazer uma revisão constitucional que acabe com os monopólios estatais garantidos pela Constituição. Um golpe de morte na soberania nacional.

Editorial

Ameaça à soberania não é miragem

Ganhou destaque nos meios de comunicação nos últimos dias a notícia da chacina de índios ianomâmi em Haximu, Roraima. Informação que rapidamente estropolou as fronteiras brasileiras e foi motivo de movimentações e opiniões especulativas em várias partes do mundo.

O PCdoB, que sempre defendeu os índios e sua luta pela sobrevivência como problema fundamental do país, também se preocupou com a notícia e as investigações que venham a esclarecer melhor as circunstâncias e as dimensões desse massacre, que até o momento vem sendo cercado de dados controversos.

A repercussão do fato nos chama atenção não apenas para a justa luta dos índios pela sobrevivência e demarcação de suas terras, como sobretudo para as disputas e interesses que envolvem o solo amazônico, onde se concentra a maioria dos índios brasileiros e onde ocorreu o massacre em questão. É de domínio público que a riqueza biológica existente na Amazônia é uma das mais estratégicas para o desenvolvimento tecnológico futuro da humanidade.

Não dá portanto para baixar a guarda (como pretende o Estadão em repetidos editoriais) quanto aos interesses norte-americanos na Amazônia e sua intenção de internacionalizar essa região e transformar reservas

índigenas em "enclaves" autônomos do Estado brasileiro, como está esboçado na "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas" a ser discutida na ONU.

A explicitação das opiniões dessa declaração, que tem o aval dos Estados Unidos, bem como as repetidas manobras militares na fronteira norte do Brasil são sinalizadoras da ameaça que pesa sobre a nação brasileira por trás de "bem intencionadas" justificativas. Não é à toa que em período tão curto o Conselho de Defesa Nacional tenha sido convocado duas vezes. Não é fortuita também a decisão tomada em decorrência dessas reuniões de aumentar o sistema de vigilância na fronteira amazônica e de criar um ministério específico para tratar dos interesses da região.

Assim como o massacre dos ianomâmi precisa ser devidamente apurado e tomadas as devidas providências com os responsáveis, a ameaça à integridade territorial e à soberania nacional pelos norte-americanos precisa ser denunciada. Esse alerta que seguramente será lembrado na semana da pátria por todos aqueles que prezam o torrão nacional e não consideram miragem as manobras militares ianques na fronteira brasileira, nem seu excessivo "interesse" pelos direitos humanos e pelos índios de outros países.

O significado da Petrobrás

Aldo Rebelo

Líder do PCdoB na Câmara Federal

Na condição de integrante de uma delegação da Câmara dos Deputados visitei no último dia 16 de agosto uma das plataformas da Petrobrás localizada na Bacia de Campos, no litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Partindo de Macaé, após 55 minutos sobrevoando o mar de helicóptero chegamos à Plataforma SS-33 (Petrobrás XX) do Campo do Marlim. Fomos recebidos por engenheiros e trabalhadores da empresa, os quais nos fizeram ver em exposições sucessivas o tipo de trabalho que desenvolvem em alto mar e com tecnologia nacional para prover o país do combustível mais precioso da terra: o petróleo.

É preciso dizer que hoje a Petrobrás é a empresa no mundo com maior domínio de tecnologia em prospecção em águas profundas. O reconhecimento internacional desse esforço veio em 1991 quando a empresa recebeu o Offshore Distinguished Achievement Award, o maior prêmio do setor petrolífero mundial, justamente por sua contribuição na produção de petróleo em águas profundas.

Na própria Bacia de Campos há em operação um poço sob uma lâmina d'água de 781 metros, o mais profundo do mundo. Os engenheiros da Petrobrás sustentam que podem seguir muito mais na busca do petróleo em maior profundidade.

Conforme classificação da revista Petroleum Intelligence Weekly foi também a Petrobrás considerada a empresa que alcançou o maior índice de crescimento entre as 50 maiores companhias do mundo, nos últimos seis anos. As atividades da empresa proporcionaram ao país, em 1992, uma economia de divisas superior a nove bilhões de dólares, produziu no ano passado uma média de 653 mil barris de petróleo por dia e respondeu por 53% das necessidades do consumo nacional.

É esta a empresa que vem sofrendo uma sórdida campanha da imprensa conservadora, particularmente do jornal O Globo e que foi escolhida como a bola da vez dos grupos que desejam privatizá-la a qualquer custo ou melhor seria dizer, esquarterjá-la.

A defesa da Petrobrás não é apenas a luta contra o aviltamento da soberania nacional; é também o reconhecimento ao esforço vitorioso de seus trabalhadores e engenheiros que com espírito público e patriotismo provaram a falácia dos que diziam (leia-se Estados Unidos e seus aliados tipo Roberto Campos) que não havia petróleo no Brasil.

Certamente que a empresa tem vícios e deformações, foi usada inescrupulosamente por governos sucessivos a serviço de interesses privados e até hoje paga um elevado preço por isso. Mas a Petrobrás em sua existência prova a grande capacidade de realização do povo brasileiro.

LEILÃO DA
SIDERURGIA
É VERDADEIRO
SAQUE

CONSERVADORES
QUEREM
DESTRUIR
A PETROBRÁS



Os índios e a soberania nacional

A notícia do massacre de índios ianomâmi na fronteira do Brasil com a Venezuela tornou mais presente a necessidade de defender os índios e a soberania brasileira sobre a região amazônica

Dilermando Toni

"As riquezas do Brasil são dos brasileiros e os americanos querem governar o nosso país. Não podemos deixar isso acontecer". (Pedro Mendes, índio e coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiab, 25/8/93)

A notícia do deplorável massacre dos ianomâmi surgiu em meio ao acirramento das tensões entre os Estados Unidos e o Brasil. Ainda repercutiam fortemente as denúncias das manobras militares nas nossas fronteiras e havia se tornado público o esdrúxulo projeto de "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas" (ver matéria abaixo) que está sendo

preparado pela ONU.

Os cerca de sete mil ianomâmi vivem numa reserva de seis milhões e quatrocentos mil hectares, de difícil acesso, fronteira e na qual descansam alguns trilhões de dólares em minerais e biodiversidade. É "esse grande potencial da Amazônia" ao qual se refere Richard Melton, embaixador dos EUA no Brasil, o que desperta a cobiça do grande capital.

Massacres do capitalismo. Os garimpeiros atuam como precursores das mineradoras, explorando minerais que estão à superfície, cujo produto em boa parte é contrabandeado. Depois de terem desbravado a mata e dizimado os índios, o terreno se encontra "desimpedido" para a grande exploração mecanizada. Foi o que ocorreu em Serra Pelada, no Pará.

Ligue-se a isto o fato de que um dos pontos mais destacados que as empresas estrangeiras têm interesse imediato em retirar da Constituição, via revisão, é o que se refere à proibição delas explorarem o sub-solo brasileiro, vale dizer, da Amazônia. A verdade é que, quanto mais confusão e choques nas áreas indígenas e quanto menos controle por parte do Estado,

tanto melhor para o grande capital nacional e estrangeiro. Historicamente, o modelo de economia dependente tem sido responsável pelo extermínio dos índios e enquanto persistir a submissão ao exterior e a exploração desenfreada de nossas riquezas os massacres vão continuar sendo manchetes.

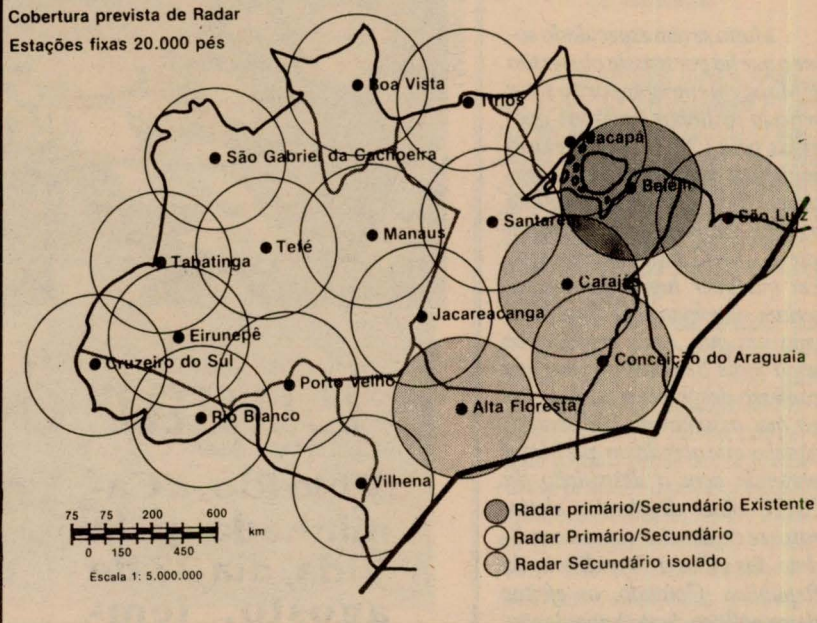
Acredite se quiser.

Quando das denúncias de manobras de tropas e da instalação de bases americanas na periferia das fronteiras amazônicas brasileiras e do anúncio por parte do governo brasileiro de fortalecer a presença do Estado na região, o governo dos Estados Unidos e sua embaixada no Brasil, como que acusando o golpe, fizeram várias declarações públicas em torno do assunto. Sempre em tom irritado procuraram minimizar o problema, dizendo-se dispostos à "cooperação".

O embaixador Melton divulgou um artigo em que procura quebrar aquilo que ele chama de mitos que existiriam nas relações dos EUA com o Brasil. Seu texto não é muito claro mas contém uma série de passagens que deixam

Vigilância na Amazônia

Cobertura prevista de Radar
Estações fixas 20.000 pés



transparecer as reais intenções dos EUA de dominar a região. Fala, por exemplo, que quanto à Amazônia "as decisões soberanas sempre ficam a cargo do Brasil" para em seguida acrescentar: "porém vivemos em um mundo mutuamente dependente (mas) ... o treinamento de tropas dos EUA na Guiana não representa nenhuma ameaça para o Brasil".

Pressão e ingerência. Agora, o massacre dos ianomâmi, que inclusive pode ter acontecido na Venezuela, serve como argumento para tentar barrar as iniciativas de uma maior presença brasileira na Amazônia. É questionada a retomada do Projeto Calha Norte. A poderosa ONG americana Environmental De-

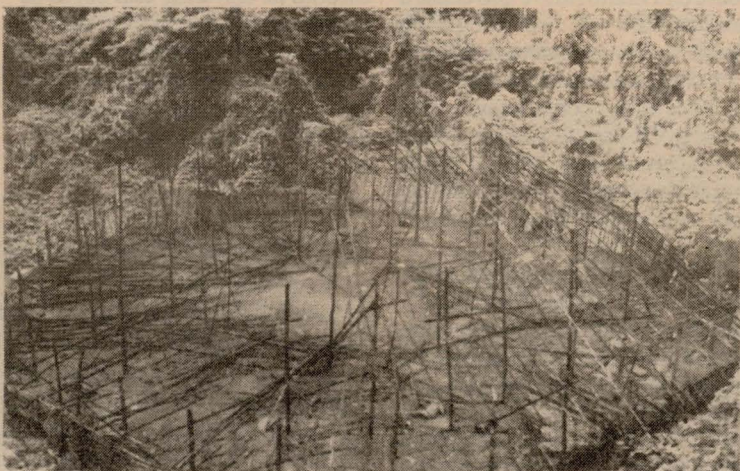
fense Fund diz que "esta mais recente onda de violência (no Brasil) ocorre num período em que as pressões militares e políticas estão tentando subtrair dos povos indígenas o direito de viver em paz em suas terras".

Representantes diplomáticos dos EUA e do Canadá tentaram passar por cima das autoridades brasileiras e fazer investigações por conta própria. Foram a tempo barrados pelo Exército brasileiro. Mais que isso, nos meios oficiais da França retorna a discussão sobre a criação de um Estado supranacional na Amazônia. Na verdade procura-se criar todo um clima na opinião pública internacional propício a uma intervenção mais efetiva pois o Estado brasileiro não teria condições de proteger os índios.

Lições da história

Só as vozes claramente pró-imperialistas, como a do jornal *O Estado de S. Paulo*, avaliam como "xenofobia prejudicial ao bom relacionamento entre o Brasil e os EUA" a denúncia das iniciativas militares dos americanos no entorno da Amazônia brasileira e de todas as pressões ao Brasil a partir da tragédia ianomâmi. Mas o que explica o acordo de defesa do governo dos EUA com o da Guiana? Que país latino-americano pretende invadir a Guiana? Por que os americanos instalam poderosos radares em Letícia, na Colômbia, próximo a Tabatinga, no Amazonas, e em Pucallpa no Peru? E por que se volta a falar com tanta insistência, nos círculos dominantes dos EUA e da França, na possibilidade de se enviar para a Amazônia uma "missão" da Onu?

Infelizmente alguns desavisados no Brasil não enxergam essa ameaça real. Raciocinam como se não existisse o imperialismo que com toda a sua agressividade tem inclusive dividido vários países do mundo. Contra- põem a defesa dos interesses



Ianomâmi, vítimas da cobiça dos grandes grupos

populares à defesa da soberania nacional. Com pensamento estático e pretenso purismo desprezam o ensinamento de que para a luta dos dominados ter sucesso, particularmente numa correlação de forças desfavorável, é necessário procurar aliados por mais instáveis que sejam.

A propósito: em outubro próximo completa dez anos a invasão de Granada. Uma ilha do Caribe com 340 quilômetros quadrados e pouco mais de 100 mil habitantes, negros em sua maioria, que nem exército regu-

lar possuía e mal aparece nos mapas. Cinco mil soldados americanos desembarcaram em território granadino, mais dez mil permaneceram nas proximidades. Até às vésperas do fato os EUA negaram suas intenções de invadir a ilha. As tropas que estavam na vizinha Barbados faziam meros "exercícios de adestramento e cooperação". Milhares de pessoas da ilha foram mortas, inclusive o presidente, e foi instituído um governo fantoche. Que perigo a pequenina Granada representava para os EUA?

Declaração de ingerência

Em meados de agosto foi publicada a integral do esboço de "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas", texto a ser promulgado pela ONU em 1995, que foi elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da entidade.

Tal documento, a pretexto de defender os índios, não passa de uma grosseira declaração de ingerência na soberania dos países que possuem indígenas na sua população, via de regra, situados na América Latina. Senão vejamos. Na parte inicial onde se expressam as concepções sobre as quais está alicerçada a Declaração propriamente dita, diz o texto: "os povos indígenas têm o direito de determinar livremente o seu relacionamento com Estados ... Isto quer dizer que independen-

política externa dos países, os índios podem estabelecer relações (?) com outros países.

O artigo 26 fala que "as atividades militares ... não se realizarão nas terras e territórios dos povos indígenas" e o artigo 29 diz que eles podem "exercer seu direito à autodeterminação, o direito à autonomia ou autogoverno", em questões como "administração de terras e recursos". O artigo 34 fala que nas relações entre os povos indígenas e os governos dos países os "conflitos e disputas que não puderem ser resolvidas deverão ser submetidas a organismos internacionais". O artigo 39 diz que "as Nações Unidas devem monitorar a implementação desta Declaração". Se aprovada, a Declaração será um campo aberto para a imposição de leis nacionais ou da

ARQUIVO

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

A obsessão de Maluf

Ary Costa Pinto

Muito se tem especulado sobre o que há por trás da obsessão de Maluf em entregar para o setor privado as linhas rentáveis operadas pela CMTC. O secretário municipal de transportes e o presidente da CMTC alegam ser este o único caminho, pois entendem que a CMTC é inadministrável. Em qualquer lugar do mundo, seriam sumariamente demitidos, uma vez que, estes argumentos nada mais demonstram que um confesso despreparo para o cargo que assumiram. Há também aqueles que acreditam que Maluf pretende com a destruição da CMTC obter dividendos eleitorais e se credenciar como o candidato das elites à Presidência da República. Contudo, os efeitos dessa política, junto à população, tem sido os piores possíveis, os ônibus voltaram a circular lotados e as tarifas a subir acima da inflação e dos reajustes dos salários. No dia 28 de agosto, Maluf decretou novo aumento na passagem, que passa para 44 cruzeiros reais. As pesquisas indicam sua acentuada queda de popularidade, mostrando que os usuários de ônibus conhecem o responsável e não permanecem com aquela esperança ingênua de que o interesse de Maluf pela Presidência o faria realizar uma boa administração em São Paulo. A acentuada queda na qualidade dos serviços prestados de transporte, saúde, educação vem abrindo os olhos da população.

No entanto, a luta contra a destruição da CMTC, embora cresça não conseguiu ainda sensibilizar setores essenciais da sociedade. As principais reações ao projeto malufista vêm sendo comandadas pelo Sindicato dos Condutores de São Paulo, apoiado por parte da bancada do PT e pela bancada do PCdoB. A bancada do PSDB, embora tenha afastado Getúlio Hanashiro do partido, na Câmara Municipal não mostra interesse em fazer-lhe oposição. Assim, a luta contra a privatização enfrenta dificuldades para obter adesões nas esferas de decisões. A principal arma neste campo poderá ser a aprovação de uma emenda popular submetendo a privatização a um plebiscito popular. Mas, mesmo essa medida enfrenta dificuldades porque o que está em curso não é uma proposta de privatização e como se sabe muitos "representantes do povo" na Câmara Municipal são de um desmesurado cinismo e podem comprometer a aprovação da proposta de plebiscito. Nas últimas semanas o Sindicato dos Condutores adotou novas formas de luta, entre essas, a de liberação dos passageiros do pagamento da tarifa em locais e horários determinados.

A população beneficiada aderiu a essas manifestações mas esta medida parece, pelo menos na escala em que foram praticado insuficientes para contar a sanha destruidora de Maluf e seus compromissos com os empresários de ônibus. Resta lutar para que outras categorias de trabalhadores venham a perceber os prejuízos que o fim da CMTC trará e também para que outros partidos assumam compromissos com a preservação do patrimônio público.

Lula visita direção do PCdoB



LEANDRO SCHILPAKE

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve na sede do Diretório Nacional do PCdoB, dia 12 de agosto, onde manteve conversação com o presidente nacional do Partido, João Amazonas e demais membros do secretariado nacional. Também estavam presentes Ruy Falcão e Luiz Eduardo Greenhalgh, da direção nacional do PT. O objetivo do encontro foi a troca de opiniões sobre a situação política brasileira e a necessidade de manter contato entre os dois partidos.

Lugar de criança não é na rua

▼ No Rio, a Caminhada pela Vida, dia 23 de agosto, lembrou um mês da chacina da Candelária. Na mídia continua o debate sobre o que fazer com as meninas e meninos que vivem nas ruas do Brasil. O problema é complexo e exige solução

Marcos Ruy

A Caminhada pela Vida foi organizada pelos movimentos populares e Organizações Não Governamentais (ONGs), do Rio, preocupados com a impunidade dos grupos de extermínio de crianças e adolescentes. Chamou atenção uma faixa com os dizeres: "Não mate nossas crianças". Pressionado pelos setores mais avançados da sociedade brasileira e preocupado com a imagem do país no exterior, o governo federal lança a campanha Lugar de Criança não é na Rua. Contudo, espera-se que esse programa não fique somente na demagogia e apresente proposta concreta que dê abrigo, comida, escola, saúde, tudo o que é necessário para o crescimento de uma criança. Os meninos de rua são os filhos dos trabalhadores brasileiros que vivem com um salário de miséria. Essa situação piorou com a implementação do modelo neoliberal e o consequente aumento de desempregados no país.

Discute-se agora qual o tipo de atendimento que deve ser efetuado para os jovens que vivem nas ruas. Os setores progressistas defendem a idéia de que é possível efetuar atendimento à infância e à juventude em sua própria comunidade, seja em sua casa na periferia ou na rua dos grandes centros urbanos. Já os conservadores pretendem o recolhimento compulsório dessas crianças. O Projeto Axé, de Salvador (BA), proporciona atividades de aprendizagem profissional e artística para crianças e adolescentes. No mesmo rumo seguem os projetos: Roda Viva, no Rio; República dos Pequenos Vendedores, em Belém (PA). A Pastoral do Menor, ligada à Igreja, também apresenta bons resultados em seus trabalhos desenvolvidos. Todos concordam com a necessidade de um trabalho



CESAR DINIZ

Meninos e meninas de rua: eles incomodam muita gente

pedagógico-educativo que transforme esses jovens em cidadãos conscientes.

Controle familiar. Os conservadores acreditam no controle de natalidade como forma de impedir o crescimento da pobreza. Para isso, chegam até a desenvolver projetos de esterilização em massa. Estima-se que no Brasil, cerca de 20% das mulheres já estejam esterilizadas. Estes setores partem da idéia de que pobre tem muito filho e isso causa a miséria. Para eles é natural que no Brasil, os 1% mais ricos detenham 17% da riqueza produzida, enquanto os 50% mais pobres fiquem com apenas 10% daquilo que é produzido por eles mesmos. Essa má distribuição da riqueza sim é a causa da pobreza e do abandono das crianças.

Outra medida que vem sendo estimulada, a adoção, também não conseguirá resolver o problema dos cerca de sete milhões de crianças e adolescentes que, segundo o IBGE, vivem nas ruas do país. Os índices do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) são ainda piores e apontam para a existência de 28 milhões de pessoas com menos de 17 anos vivendo na miséria. Portanto, como encontrar tantos pais para essas crianças. Até projetos de adoção à distância são muito divulgados. Esse projeto consiste em que alguma família dos países ricos adote uma criança pobre de países dependentes, doando-lhe uma quantia em dólar todos os meses. Essa adoção é abatida do imposto de renda evidentemente, mas apenas ameniza o sofrimento de algumas famílias carentes. Há que se reconhecer, porém, que a ganância dos países ricos e a exploração dos pobres é a principal causa da miséria e da marginalidade crescente no Terceiro Mundo.

Documento da ESG. Preocupada com a situação do país, a Escola Superior de Guerra elaborou um documento intitulado Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001 e definiu que "os cinturões de miséria e o problema do menor abandonado são os principais focos de desestabilização do sistema." O documento concluiu também que "os poderes constituídos poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de enfrentar esta horda de bandidos, neutralizá-los e destruí-los, para ser mantida a Lei e a Ordem." Esse documento mostra a que se pode chegar se meninas e meninos de rua não forem atendidos de maneira eficaz. Não se pode

conceber a existência e a impunidade de grupos de exterminadores de crianças. Principalmente sabendo que muitos deles são compostos por policiais militares.

Uma solução viável para essa garotada, passa pelo fim da política neoliberal que agrava ainda mais a situação dos trabalhadores, aumentando o desemprego, arrojando salários, levando as pessoas ao desespero. O problema das meninas e meninos de rua do Brasil só será resolvido com mudança política que melhore as condições de vida do povo pobre. Quando todas as crianças, em idade escolar, estiverem na escola, o problema da criança e do adolescente abandonado estará começando a ser resolvido.

Lei defende direitos da criança

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8069, aprovado em 13 de julho de 1990, trouxe importantes avanços no tratamento dispensado à infância e à juventude brasileiras. O ECA tem como pressupostos básicos: o direito à cidadania, o reordenamento das instituições que dão atenção às crianças e aos adolescentes e determina uma nova mentalidade nos cuidados que se deve ter com os brasileiros com menos de 18 anos.

Mas nem sempre foi assim. Em 1940, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) existia para punir os jovens em "situação irregular", ou seja, os pobres. O golpe militar de 1964, criou a Política Nacional do Bem Estar do Menor, separando a infância em duas categorias: as crianças e adolescentes e os "menores". Em 1979, é aprovado o Código de Menores e avançada essa idéia de diferenciação. O Código separa os "menores" em três modalidades: carente, abandonado e infrator. Para os carentes e abandonados defendia-se o internamento, para os infratores a prisão.

Muitas entidades ligadas às crianças e adolescentes passaram a contestar essas idéias e a defender a necessidade da criança tornar-se prioridade na formulação das políticas públicas. Após a promulgação da Constituição em 1988, conseguem, com muita luta, a aprovação do ECA. Com a revisão constitucional marcada para 6 de outubro deste ano, as meninas e meninos pobres do Brasil poderão ser prejudicados se essa lei for alterada. O Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente, criado em 1989, defende a essa parcela da juventude retroceder aos moldes do passado. (M.R.)

Salário não causa inflação

▼ Na oportunidade em que o governo federal vê aprovada no Congresso sua política salarial, é oportuno fazer uma rápida retrospectiva sobre os mais recentes números dos reajustes das tarifas públicas. Isso possibilita analisar melhor a polêmica em torno de "salário e inflação"

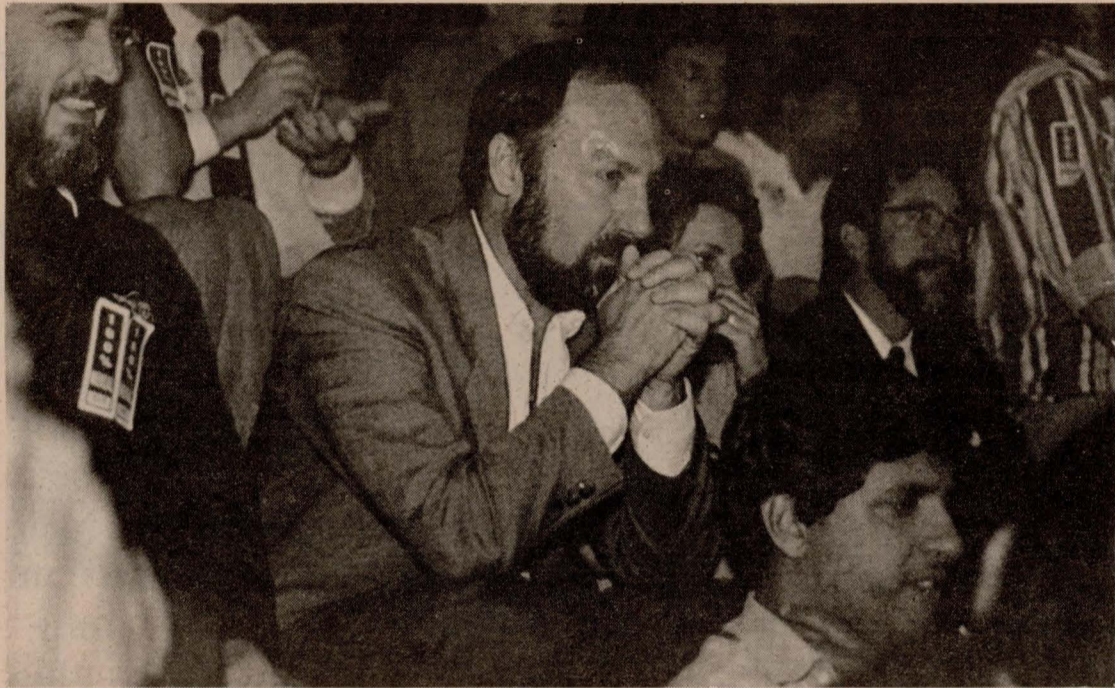
Edson Silva

Deputado federal pelo PCdoB-RS

Na semana que antecedeu a votação da Medida Provisória 340 em Brasília, o governo anunciava o décimo segundo reajuste do ano para os combustíveis. O que representa um índice acumulado de 498,22% em oito meses, isto é, 16 pontos a mais que a inflação do período, registrada em 482,69%. E mais: o gás de cozinha, por exemplo, já chega este ano a 652,34% de aumento. Vale lembrar, finalmente, que as tarifas de energia elétrica e telefônicas tiveram aumento real de cerca de 36% acima da inflação, apenas no período de maio a agosto. Os dados, incontestáveis, são da idônea Fundação Getúlio Vargas. Em resumo - para usar apenas estes dados mais expressivos e que no caso são suficientes - os números indicam que os reajustes das tarifas públicas dadas pelo governo federal têm tido aumento real de 8% ao mês.

É neste panorama de descontrolo, de um lado, e de arrocho, de outro, que os setores conservadores da sociedade insistem em continuar atribuindo aos salários o aumento da inflação. Para esta argumentação ortodoxa é oportuno lembrar que em 1973, por exemplo, a inflação anual era de 15% e hoje está em 1.500%, verificados os últimos 12 meses. Comparando-se em decorrência o poder de compra dos salários, estes desceram de uma escala de 100 para assustadores 30 pontos. Não é necessário qualquer esforço para se concluir que a argumentação histórica de que os salários provocam a alta da inflação é, na verdade, uma mentira também histórica.

Situação insuportável. Diante desse quadro que lamentavelmente vem atingindo ano



O presidente da CUT Jair Meneguelli assiste, na Câmara, a votação da lei salarial

após ano o trabalhador, a situação agora começa a se aproximar do insuportável. Um recente trabalho da Comissão de Trabalho da Câmara Federal conclui que a falta de uma política salarial adequada à realidade de nossos dias, sem garantir um maior poder aquisitivo ao trabalhador, joga com frequência crescente mais e mais famílias no caminho da "escravidão da modernidade."

A quem interessa esse comportamento sistemático todos sabemos. Mas ao Congresso Nacional cabe mudá-lo, não só por questão de justiça social como na ânsia de incentivar a promoção e valorização do trabalhador brasileiro.

Assim, a partir da recente aprovação do mais espetacular arrocho salarial que se tem notícia na história trabalhista brasileira, é preciso que se preparem estratégias que garantam: a) a derrota da tese que culpa o salário do trabalhador pela subida da inflação; e b) a incorporação integral ao salário dos índices mensais correspondentes à inflação.

Para tanto, três metas básicas começam a ser articuladas visando esses objetivos. Primeiro, apelar ao Supremo Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade do índice redutor de 10% aprovado, entendendo que isso significa um "confisco". Isto com base nos artigos 7º e 210º da Constituição, que proíbem a redução dos salários.

Em segundo lugar, há que se ter paciência e esperar pelo mês de novembro, apostando-se - ironicamente - na alta inflacionária e com isso derrubar o veto do presidente da República ao projeto de lei que impõe o reajuste mensal de 100% da inflação. Com a alta da inflação esboça-se a terceira meta: convencer os parlamentares mostrando na prática que não são os salários os causadores da elevação do custo de vida.

Governo incompetente. Se o governo como um todo é incompetente para controlar os preços, provocando a consequente alta inflacionária, não é justo repassar esta responsabilidade aos trabalhadores via arrocho salarial. E o Congresso não pode se omitir nessa luta para virar este quadro que leva o trabalhador ao empobrecimento.

Não fosse por essas questões históricas e exaustivamente debatidas, há que se protestar também pelo fato de toda a economia já estar indexada, menos os salários. E o pior: o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) é o menor índice em relação à inflação. Um estudo recente elaborado pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) comprova que no fim de quatro meses o IRSM chega a ser 11,76% menor que o IPC; 20,24% menor que o IGP - justamente o índice utilizado para reajuste de contratos - 5,68% menor que o INPC;

7,52% menor que a TR e 5,91% menor que o ICV. Tanto o governo como os bancos, empresários e imobiliários usam esses índices para recompor as perdas provocadas pela inflação. Menos o salário, para o qual é utilizado o índice menor, ou seja, o IRSM. O que equivale dizer que tal índice já é um redutor de salários.

O governo desgasta-se na retórica da "justiça social", enquanto despreza e ignora o maior patrimônio que um país deve orgulhar-se de ter, que é o braço humano do trabalho. Não queremos nos tornar apocalípticos pregadores da descrença, mas na realidade dos números aqui demonstrados constata-se que a inflação cresce, o desemprego aumenta e a indexação salarial continua ameaçada. Congresso, sindicatos, associações e a sociedade em geral precisam agir para buscar a justiça social pela realidade dos salários. Esta é a proposta. Este é o desafio.

O voto

Em plena época da eletrônica que aproxima os povos e dinamiza o fluxo da informação, o deputado federal Edson Silva (PCdoB-RS) acabou sendo traído em plenário. Na votação da Medida Provisória 340, dia 18 de agosto, o deputado gaúcho viu seu nome figurar no painel eletrônico da Câmara com um luminoso "sim". Imediatamente, Edson Silva dirigiu-se ao presidente da sessão, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), para retificar seu voto. Na ata da sessão consta o seguinte registro:

O senhor Edson Silva - "Senhor presidente. Peço que faça constar que, na primeira votação, que é a referente ao Projeto de Lei de Conversão, o meu voto foi "não", pois saiu invertido por defeito do computador.

O senhor presidente - *Vossa Excelência será atendido.*

Na verdade, esta não é a primeira vez que ocorrem esses transtornos no sistema eletrônico de votação da Câmara Federal. O ocorrido provocou, no dia seguinte, um pronunciamento do deputado Paulo Paim na tribuna da Câmara: "Faço este registro para dizer que o deputado Edson Silva, em todas as votações aqui na Casa, sempre encaminhou, defendeu, se pronunciou e votou pelo reajuste integral de 100%."

Perseguições na UFMA

José Ribamar Praseres

Do Maranhão

Nos últimos meses se abateu sobre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) uma onda de perseguições que tem como alvo os professores Máuri de Carvalho e Adriano Fortes Maia, membros do Departamento de Educação Física e militantes do PCdoB.

Essa caça às bruxas na UFMA tem motivações claramente políticas, mesmo que disfarçadas sob o manto de processos administrativos. Na verdade os dois professores procuraram praticar a democracia e a autonomia em seu Departamento. Em primeiro lugar, iniciaram o debate sobre a facultatividade das práticas desportivas, pois na UFMA ela é obrigatória, como nos tempos da ditadura militar, e se resume a arremedos de esporte como, por exemplo, dar voltas nas quadras até o cumprimento do horário. Os professores fazem questão de lembrar "que esta é uma atitude específica da UFMA, não se respaldando em nenhuma lei federal."

O segundo aspecto que irritou os dirigentes superiores da UFMA, especialmente o reitor Aldy Mello, foi que os dois professores, eleitos para o Departamento de Educação Física, iniciaram um processo de denúncia de irregularidades naquele e em outros Departamentos como, por exemplo, professores que recebem salários mas não ministram aulas porque mantêm estreitas ligações com a família Sarney e com o governador do estado, Edson Lobão.

Aldy ataca. *O reitor partiu para uma série de atitudes antidemocráticas. Primeiro abriu processos administrativos contra os professores. Não satisfeito, promoveu uma intervenção no Departamento ao que se prestou a professora Regina Luna, vice-reitora.*

Aldy Mello há um ano percorre o caminho da privatização da UFMA. Com diversas manobras, ele vai entregando os serviços da Universidade para o patrocínio da iniciativa privada, especialmente a Alumar. Pouco a pouco, a Rádio Universidade passa a divulgar com exclusividade os jingles da multinacional do alumínio; o Centro Tecnológico vira oficina de concertos de equipamentos de terceiros; a gráfica imprime mais para particulares do que para os pesquisadores da casa; e outros serviços seguem a mesma trilha.

Para quebrar a resistência, o reitor procura rebaixar o nível do debate na UFMA. Algumas vozes são compradas e outras perseguidas.

Solidariedade. *A luta dos professores da UFMA recebeu solidariedade da Apruma e de diversos Diretórios Acadêmicos e Departamentos, ultrapassou as cercas da Universidade e sensibilizou entidades locais e nacionais. Várias moções foram encaminhadas, especialmente uma para a Câmara de Vereadores de São Luís. Mas mesmo assim as perseguições continuam.*

Entra areia na revisão

▼Enquanto os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal marcam a data da revisão constitucional e se digladiam para presidi-la, cresce o movimento da sociedade civil que pretende impedir essa manobra patrocinada pelo capital estrangeiro

Sueli Scutti

O movimento organizado por dezenas de entidades e partidos para impedir a reforma constitucional ganha força. Várias manifestações ocorreram nos últimos dias em diversas cidades brasileiras (veja abaixo) e o movimento ganha força dentro do próprio Congresso Nacional, com adesão de deputados e senadores do PMDB e do PSDB. Esse crescimento levou a um rápido "ajeitamento" na briga entre Inocêncio e Lucena.

O impasse entre eles demonstrou o quanto as elites temem a mobilização da sociedade. Foi só começarem a crescer os atos e o deputado Inocêncio anunciou que abre mão de presidir a revisão em troca da garantia de que ela ocorra ainda este ano, conforme ele mesmo havia decidido anteriormente, sem consulta aos seus colegas de Congresso.

Para Inocêncio, mais importante do que presidir a revisão é fazer a revisão. Exatamente o que não querem o PCdoB, PSB, PDT, PT, OAB, UNE, Ubes, Contag, CUT, CGTs, CNBB, ABI, entre



Sindicalistas e políticos lançam no Rio movimento contra a revisão

outros. **Capital estrangeiro.** Quando percebeu que a disputa com Lucena colocaria em risco seu projeto de alterar a Constituição, Inocêncio fechou com ele um acordo que, na opinião deles, garante o começo da revisão para 6 de outubro e já anuncia que serão criadas cinco relatorias para os capítulos que eles pretendem mudar: Ordem Econômica, Ordem Social, Ordem Política, Sistema Tributário e Organização do Estado.

Nesses capítulos estão algumas das mais importantes conquistas da Constituição de 1988, como o monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira, o tabelamento dos juros em 12% ao ano, a estabilidade do funcionalismo público. A mudança desses itens é ponto de honra para os capitalistas estrangeiros, cujo porta-voz é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que quer fazer uma "faxina" na Constituição, inclusive jogando fora a licença-maternidade de 120 dias. "Podemos tirar esses direitos trabalhistas da Constituição e garanti-los através de lei ou acordo coletivo", disse Luís Carlos

Mandelli, assessor legislativo da CNI.

"Não passará". Toda a tranquilidade que tiveram os revisionistas até agora está sendo abalada pelo número cada vez maior de adeptos da não-revisão. O governador do Pará, Jader Barbalho, declarou-se contrário à revisão a partir de outubro, "pois seria um ato intempestivo, a ser realizado num clima de grande passionalidade, com um Congresso em final de mandato e o país às vésperas das eleições." Ele informou que fará reunião com os deputados do PMDB para expor sua posição. Também o governador do Piauí, Freitas Neto, contestou a revisão apoiando apenas a votação de uma emenda para as reformas fiscal e tributária.

O deputado federal e ex-governador da Bahia, Waldir Pires (PSDB) é enfático: "A revisão não passará". Ele informa que a posição dos deputados de seu partido ainda não está definida e que a "opinião generalizada" da bancada, em reunião dia 11 de agosto, foi a de que não seria oportuno fazer a revisão às vésperas de ano eleitoral. Essa postura da bancada pro-

duziu eco junto ao líder José Serra que timidamente recua da idéia de fazer a revisão a qualquer custo. Pires argumenta que a "Constituição não é um regulamentozinho que pode ser mudado por maioria simples" e tentará convencer seus colegas de PSDB a não aceitarem

a reforma da Carta constitucional. Contrariando a posição do PMDB, o deputado federal Tarcísio Delgado, ex-prefeito de Juiz de Fora (MG), diverge da revisão. "As centrais sindicais, os órgãos estudantis, a OAB, CNBB e a ABI, os segmentos que nos apoiaram na luta para tirar o país do arbítrio movimentam-se contra e só os retrógrados querem a revisão", salientou o deputado mineiro, assinalando que "Se iniciarmos a revisão vamos regredir e nunca avançar".

Os jornais anunciam também que o grupo político do ex-governador paulista Orestes Quércia tende a não aceitar a revisão e que deputados quercistas estão se movimentando contra.

Toda essa movimentação denuncia que é temerário fazer a revisão com a crise que o Brasil enfrenta, com um governo transitório, um Congresso em fim de mandato, com eleição presidencial e congressual à vista. Fazer revisão é abrir espaço às pressões internacionais e isso não interessa à sociedade brasileira.

Múltis aumentam pressão

O Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCE), que reúne 134 multinacionais, está intensificando contatos com parlamentares, militares, empresas de comunicação e meio universitário na tentativa de garantir a revisão constitucional e a eliminação de artigos que "atrapalham" o capital estrangeiro no país, conforme notícia do jornal *Gazeta Mercantil* de 23 de agosto. Quer ainda o fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, de acordo com o coordenador do grupo, Laerte Setúbal Filho.

Abrigando-se sob a Fiesp, o EBCE tem como associadas as poderosas Nestlé, White Martins, Basf, Bayer, Siemens,

Cargill, Texaco e Atlantic. Desde o começo do ano, o EBCE já fez 21 eventos com congressistas: almoços, reuniões, e visitas às empresas, reunindo 11 senadores e 63 deputados federais. Na área militar foram onze painéis, treze palestras, um fórum e uma visita a indústrias.

Setúbal diz que os militares são formadores de opinião e conhecidos por sua ideologia nacionalista e que "Procuramos passar a idéia de que o conceito de soberania nacional está ligado à expansão econômica (...) Como o Estado não tem como captar recursos o capital estrangeiro poderá servir de alavanca para novos empreendimentos."

Fórum faz atos e arrastões

O auditório Petrônio Portela, do Senado em Brasília, sediou o ato contra a revisão constitucional dia 19 de agosto com presença de 400 pessoas. A promoção foi do Fórum Nacional em Defesa da Constituição, composto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), UNE, CUT, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), PCdoB, PT, PDT, PSD, entre outros. Estavam presentes as duas CGTs e parlamentares do PMDB e PSDB.

O protesto foi aberto pelo presidente da OAB, José Roberto Batocchio. Jair Meneguelli, presidente da CUT, disse que um Congresso que recebeu milhões de dólares para aprovar a medida provisória do arrocho salarial é capaz de fazer o mesmo durante a revisão. Aldo Rebelo, líder do PCdoB na



Arrastão contra a revisão em Fortaleza

Câmara dos Deputados, afirmou que o presidente da Força Sindical, Luís Antonio Medeiros, está ajudando os conservadores no golpe da revisão.

Chamou atenção a presença dos deputados Waldir Pires (PSDB-BR) e Zaire Rezende (PMDB-MG), cujas bancadas estão divididas so-

bre o assunto. Waldir Pires classificou a revisão de "um estupro contra a Constituição".

O ato encerrou com a fala do presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmando que a Constituição pode ser mudada, sim, mas por meio de emendas constitucionais, não de revisão.

Rio de Janeiro. Dia 16 de agosto um almoço no Automóvel Clube do Brasil reuniu 600 pessoas contrárias à reforma constitucional. Compareceram os deputados federais Fernando Lyra (PSB-PE), Waldir Pires (PSDB-BA), os presidentes da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, da CUT, Jair Meneguelli, do PCdoB, João Amazonas, da UNE, Fernando Gusmão, e representantes da CNBB, CGT, do PT, PDT, PSB, PSTU.

Ainda no Rio, dia 13, ocorreu uma manifestação com 700 pessoas que lotaram a ABI. O ato foi organizado pelo Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecon) e demais entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Constituição. Além dos organizadores estavam presentes os deputados Aldo Rebelo e Jandira Feghali (PCdoB), Vivaldo Barbosa e Paulo Rufino (PDT), José Valente (PSB) e Vladimir Palmeira (PT). Cândido Mendes repre-

sentou a CNBB.

Aldo Rebelo disse que "as elites começam a sentir que lhes falta o chão sob os pés e que está chegando o dia que os trabalhadores decidirão os rumos do Brasil. Desesperadas, querem deixar de herança um país sucateado com suas riquezas vendidas aos estrangeiros." Barbosa Lima declarou que se a revisão for consumada pode ser comparada a um novo massacre da Candelária.

Fortaleza. Na capital cearense houve dia 19 o "Arrastão contra a revisão", do qual participaram 300 pessoas entre sindicalistas, estudantes, parlamentares. Foram distribuídos 10 mil manifestos "Regulamentação sim, Revisão não" e milhares de adesivos convidando a população a barrar a revisão. O movimento está sendo levado para outras cidades do estado e pretende utilizar outros e novos arrastões. (S.S.)

Amostra antidemocrática

▼O que tem ocorrido na elaboração das leis partidária e eleitoral, no Congresso Nacional, é bem uma amostra do sentido antidemocrático que terá a pretendida revisão constitucional, caso venha a ocorrer

Haroldo Lima

Deputado federal pelo PCdoB-BA

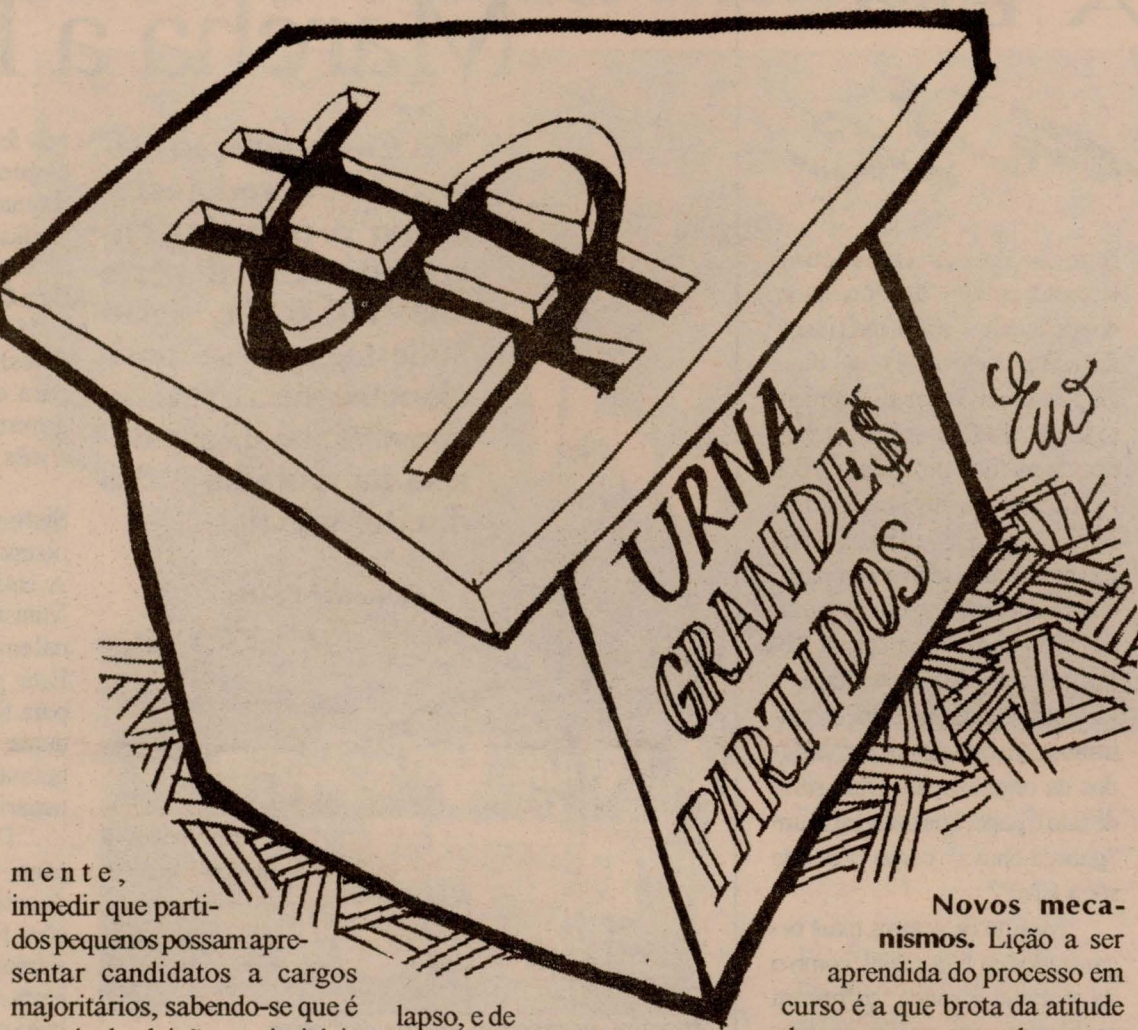
As leis referidas teriam que ser elaboradas em consonância com o artigo 17 da Constituição, e este foi daqueles preceitos redigidos para a Lei Magna com todo o cuidado, procurando-se uma redação precisa, que não permitisse interpretações escamoteadoras da liberdade partidária a ser garantida. O artigo ficou enfim tão preciso e eloquente que se supunha quase que auto-aplicável. O seu "caput" parecia não deixar brechas a tentativas que se ensaiassem para fraudá-lo. Diz ele: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos", condicionando-os à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A concepção que norteou a elaboração do artigo 17 da Constituição foi de afirmação democrática, de consolidação de conquistas libertárias enfim conseguidas com o término da ditadura militar.

Tentativa fraudulenta. A concepção que está norteando a atual elaboração da lei partidária e da lei eleitoral é oposta. Parte-se do princípio de que o artigo 17 é democrático demais. E como não é fácil extirpá-lo, por que não há quorum facilitado, o que haverá, caso ocorra a revisão constitucional, então não sendo possível eliminá-lo, busca-se abertamente fraudá-lo.

Conceituou-se que um partido pode existir, pode ser criado, como prevê a Constituição, mas não precisa necessariamente funcionar. E caminhou-se ousadamente para se legislar dando-se ao partido a liberdade para existir, negando-se-lhe, ao mesmo tempo, a liberdade de concorrer às eleições em todos os níveis, e assim disputar eleitoralmente o poder, razão essencial da existência dos partidos.

Pretende-se, especifica-



mente, impedir que partidos pequenos possam apresentar candidatos a cargos majoritários, sabendo-se que é através de eleições majoritárias que os partidos podem crescer substancialmente. E tenciona-se criar barreiras para dificultar a participação dos pequenos partidos até em eleições proporcionais, inclusive com a ameaça de perda de mandato para parlamentares de partidos que não conseguirem desempenhos eleitorais grandes.

Coligação ameaçada. O instituto de coligação partidária foi rudemente ameaçado. Até um estranhíssimo equívoco na transposição para o Senado de matéria aprovada na Câmara existiu, de tal sorte que, num

lapso, e de uma tirada, todas as coligações partidárias, em determinado instante, ficaram proibidas. Descobriu-se depois que o equívoco e o lapso não foram tão acidentais e, na lei dos partidos, a tramóia foi desfeita.

A motivação declarada de todos esses condicionamentos pretendidos é a de limitar o surgimento e o funcionamento dos chamados "partidos de aluguel." Entendia-se que partido de aluguel era partido pequeno. O evidente erro terminava colocando na alça da mira os partidos de extração popular, de motivação ideológica, como o PCdoB.

Novos mecanismos.

Lição a ser aprendida do processo em curso é a que brota da atitude dos representantes dos grandes partidos frente aos limites constitucionais. A tentativa de fraudá-los foi e é insistente. Enquanto a Constituição diz que a lei não pode retroagir para prejudicar, na proposta de Lei Eleitoral tanta-se, até agora, negar-se direitos de participação em eleições majoritárias a partidos em função de seus desempenhos em 1990. Enquanto a Constituição proíbe expressamente a cassação de mandatos, afora casos extraordinários especificados, houve propostas de se estipular novos mecanismos para se cassar mandatos e registros de partidos.

Cresce a frente de resistência

As pretensões de alguns grandes partidos chocou-se com interesses vários, em nível talvez inesperado. Uma frente de resistência se forjou e, embora com contradições internas, cresceu. O PCdoB e o PSB, que tinham membros titulares na Comissão Especial, estiveram sempre juntos, somando forças, em questões fundamentais de interesse da sobrevivência dos pequenos, também com o PP, o PL e o PTB. Outros não participam da Comissão, como o PPS, o PV, o PSTU, mas não abriram mão da luta democrática. O PDT, sobretudo em alguns momentos, defendeu a liberdade partidária e o respeito à Constituição, aumentando

a força dos pequenos. Estes, em geral, não ficaram satisfeitos com a postura do PT. Recém saídos de uma situação em que eram pequenos, os petistas praticamente não levantaram suas vozes em defesa dos pequenos partidos, nem em defesa da Constituição. Grosso modo, lavzram as mãos. Somente agora, já quase ao final das discussões, é que promete participação mais ativa. Questões chaves, quase todas, já foram resolvidas.

Algumas vitórias. A luta persistente, com firmeza e flexibilidade, tem conseguido, contudo, algumas vitórias. Não são definitivas, por que o processo não se concluiu. Mas, a proibição ou limitações à realização de coligações foram afastadas.

As coligações passaram a ser vistas de forma desvinculadas. Coligação para eleição presidencial pode ser diferente das coligações estaduais. E as barreiras para lançamento de candidatos a cargos majoritários, embora persistam, e são inconstitucionais, foram atenuadas. Em certo momento, até Miguel Arraes estava com a sua candidatura ao governo de Pernambuco ameaçada, o que agora já não ocorre.

Houve, está havendo, vitórias limitadas. O processo de elaboração das leis partidária e eleitoral está sendo um ensaio e uma amostra de que as elites tencionam fazer com a revisão constitucional pretendida.

Eleição de 94 indefinida

Na última semana tem aparecido na grande imprensa uma série de especulações sobre possíveis acordos do PCdoB com este ou aquele partido para as eleições de 94. Essas especulações não correspondem à real postura que o Partido vem adotando em relação a essa questão. Considera que embora as diversas forças tenham se movimentado no cenário político tendo em vista essa perspectiva, o quadro nacional é de extrema instabilidade e em definição quanto a questões decisivas como a Revisão Constitucional, a Lei Eleitoral e Partidária, para não falar da crise social em ebulição. Diante dessa situação, o PCdoB considera que o jogo político para 94 ainda não está definido e é prematuro definir-se desde já por aliança com essa ou aquela força para as eleições presidenciais. Tem, isto sim, se movimentado no cenário político e mantido contatos e conversações com os partidos e personalidades que se interessam na troca de opiniões e se colocam do lado da defesa dos interesses nacionais e democráticos do povo brasileiro.

A burguesia insegura

Parece que a burguesia não se sente segura no mundo, e no Brasil menos ainda. É o que mostra uma pesquisa publicada na revista norte-americana Newsweek, que ouviu empresários e líderes econômicos em vários países sobre o grau de confiança que têm na proteção a suas vidas e propriedades. As respostas variam de 0 (nenhuma confiança) a 10 (confiança total), e o resultado está no quadro abaixo.

Singapura	9,5
Japão	9,1
Dinamarca	8,0
Austrália	7,7
Hong Kong	7,7
Portugal	7,2
Alemanha	6,8
Coréia do Sul	6,1
Nova Zelândia	5,9
EUA	5,8
Índia	5,5
Reino Unido	5,1
França	4,5
Brasil	2,2
África do Sul	2,2
Paquistão	2,0

TEMA EM Debate

Central Produzida

Nádia Campeão

do Comitê Regional do PCdoB-SP

Está marcada para outubro a criação da Central dos Movimentos Populares, em Belo Horizonte. A CPM definiu como seus eixos de luta a Reforma Urbana e a Cidadania, pretende que o "movimento saia do estágio reivindicatório e passe para uma luta mais ampla, ou seja, para o plano da proposição política" e se propõe a ser "expressão da diversidade e pluralidade dos movimentos". Um observador menos experimentado nas lutas políticas e sociais ocorridas no país nos últimos anos poderia enxergar este acontecimento como um passo avançado na busca da tão almejada unidade popular.

Ocorre que esta visão não resiste a uma análise mais acurada. Na verdade, esta "fundação" está planejada desde o início dos anos 80, quando uma articulação denominada ANAMPOS, dirigida pelo PT e setores da Igreja Católica, passa a intervir na luta social brasileira com uma orientação sectária e despolitizante, justificada sob o argumento de que correspondia às posições "da base" que precisariam ser preservadas da manipulação dos partidos (de esquerda). Ergueram uma muralha entre o que consideravam os legítimos representantes das bases e os demais, tachados uniformemente de atrasados, pelegos e autoritários. Esta concepção levou à prática do paralelismo nas entidades populares.

Desde então a ANAMPOS transformou-se em Pró-Central dos Movimentos Populares, realizou inúmeros encontros e assembleias, sempre restritos às forças políticas originárias. As dificuldades de viabilizar a Central se arrastaram por anos, mas a principal causa delas está no fato de que é uma proposta artificial, não corresponde a uma necessidade política amadurecida nas lutas do movimento social no país.

O que se convencionou chamar de movimento popular engloba uma enorme diversidade de entidades, agrupamentos, fóruns e articulações em torno da questão da moradia, saúde, alfa-

betização, ecologia, criança e adolescente, cultura, terceira idade, dos deficientes, enfim toda manifestação setorializada ou mais ampla assumida por um segmento social. Refere-se à problemática da mulher, dos negros e dos índios, aos movimentos contra a fome e contra a violência. Cada movimento desse tem sua particularidade, seus objetivos parciais, são informados mais ou menos por concepções políticas e ideológicas diferenciadas, encontram-se em estágios muito variados de organização. Qual seria de fato o papel que cumpriria um "guarda-chuva" como pretende ser a CMP?

Mesmo os setores mais organizados da luta social, como o da moradia e saúde, enfrentam problemas para realizar mobilizações conjuntas e identificar plataformas e alvos unificados. Portanto, não se pode dizer também que a CMP se estrutura com base em uma unidade ampla existente nestes movimentos mais desenvolvidos.

Examinando a experiência política brasileira atual, a articulação real e que já existe entre estes movimentos, tem se dado na interface com o movimento sindical e estudantil, dotados de uma estrutura mais sólida e produzida historicamente, e no engajamento nos grandes movimentos políticos que polarizaram a sociedade como o das Diretas e o Fora Collor.

É no enfrentamento dos impasses que o país atravessa em consequência da orientação da grande burguesia financeira internacional, assumida pelas elites brasileiras, que vai se forjar o núcleo de resistência, de luta e de unidade do povo brasileiro. Passar ao plano da proposição política, como diz defender a CMP nos seus documentos, deveria significar uma presença ativa nos embates contra as privatizações, em defesa da democracia e da soberania nacional.

A criação da Central dos Movimentos Populares deve, portanto, estar ancorada em outra lógica. Provavelmente a que assegura sua estruturação e manutenção com base em movimentos e grupos fortemente financiados por entidades estrangeiras, e que lhe permita ser mais um instrumento de hegemonia das forças de tendência social-democratizante que atuam no seio do movimento popular.

Marcha a Brasília

▼ A Confederação Nacional de Moradores realizou o primeiro encontro regional neste ano. Foi o da região Sudeste, que se posicionou contra a revisão constitucional, em defesa da moradia e dos direitos sociais

Guiomar Prates



Abertura do encontro sudeste da Conam

A Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam - realizou nos dias 20 a 22 de agosto, em Praia Grande (SP), o encontro da Regional Sudeste, com a presença de 230 delegados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Espírito Santo. O encontro, que é previsto no estatuto da entidade, definiu ser contra a revisão constitucional e serviu para preparar a Marcha a Brasília, Por Moradia e Direitos Sociais, em Defesa da Soberania Nacional que será realizado em outubro.

Segundo seu presidente Vladimir Dantas, a Conam pretende reunir milhares de pessoas de todo o País para defender a Constituição, condenar a revisão constitucional e particularmente defender os direitos sociais, condenar as privatizações e exigir investimentos do Estado nas áreas sociais: educação, saúde e moradia. Os delegados decidiram também não participar de nenhum encontro ou fórum da chamada Pró-Central dos Movimentos Populares. (ver matéria ao lado)

Paralelamente, a entidade realiza outro evento importante, a 1ª Conferência Nacional de Habitação (CNH), que pretende aglutinar representantes dos gover-

nos federal, estaduais e municipais, das empresas de construção, dos engenheiros, arquitetos e técnicos da área, das centrais sindicais e dos moradores. Seguindo o exemplo da Conferência Nacional de Saúde, a CNH terá composição paritária, com 50% de representantes de usuários (moradores) e vai definir um projeto habitacional para o Brasil, que será apresentado ao governo. A Conferência está prevista para o mês de novembro.

Sistema de saúde. Outro tema abordado no encontro de Praia Grande foi a saúde. A entidade desenvolve com o apoio do Ministério da Saúde, o Programa Nacional em Defesa do Sistema Único de Saúde. Está prevista uma campanha nacional para fortalecer e criar os Conselhos Estaduais, Municipais e Regionais de Saúde, garantindo a representação paritária dos usuários.

Durante a Conferência Ibero Americana, realizada em Salvador, a diretoria da entidade e os presidentes das 26 federações filiadas, reuniram-se para definir a estratégia de luta até o final deste ano. Já nesta reunião foi aprovada uma nota pública condenando a política econômica do governo, "a mesma de Collor", e condenando também os deputados que permitiram que as empresas estrangeiras pudessem adquirir 100% das ações de empresas estatais brasileiras.

Fome: Em Brasília, a Conam esteve presente no lançamento da campanha nacional contra a fome. O encontro de Praia Grande ratificou a posição de incentivo às suas filiadas para que estejam à frente das comissões estaduais e municipais contra a fome e realizem atos denunciando a miséria. A Conam, mesmo participando dos comitês, afirma Vladimir Dantas, condena a filantropia demagógica que tem ocupado espaço no movimento contra a fome. "Empresários que até ontem e ainda hoje apoiam a política neoliberal, principal responsável pela fome e miséria do nosso povo, posam de democratas e de filantropos. A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), daria uma grande contribuição ao combate à fome e à miséria se indicasse aos seus associados a redução da taxa de lucro e aumento real de salários. As contribuições dos grandes empresários que usufruem da miséria do povo soam como migalhas jogadas aos pombos numa praça pública."

Outros Encontros Regionais

27, 28 e 29 de agosto - Região Nordeste - Fortaleza (CE)
3, 4 e 5 de setembro - Região Centro-Oeste - Rondonópolis (MT)
10, 11 e 12 de setembro - Região Sul - Curitiba (PR)
17, 18 e 19 de setembro - Região Norte - Belém ou Manaus

Conam representa 25 mil associados

O trabalho da Conam envolve 550 entidades municipais filiadas e 25 mil associações de moradores organizadas em 26 federações estaduais.

A grande arrancada do movimento comunitário foi na década de 70. Entretanto, ele existe desde a década de 40. A fundação da Conam, em 1982, é consequência da maior consistência adquirida na década de 70, com a mobilização de milhares de pessoas e organizações comunitárias por melhores condições de vida e maior participação popular na vida política do Brasil. Nos seus 11 anos de existência, a Conam

realizou cinco congressos nacionais e centenas de seminários e encontros sobre os mais variados temas: desenvolvimento urbano, meio ambiente, habitação, saúde, educação, defesa da criança e do adolescente, organização popular e outros.

A grande mobilização da Conam e de suas filiadas, que envolveu também outras entidades, foi a coleta de um milhão de assinaturas para viabilizar a apresentação do primeiro projeto de origem popular na Câmara dos Deputados. Em tramitação, ele propõe a criação do Fundo Nacional de Moradia.

CUT comemora 10 anos

Plenária nacional reúne 361 delegados

▼ A plenária nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizada na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo aprovou a retirada da entidade das negociações da Agenda Brasil

Guiomar Prates

A 6ª Plenária Nacional da CUT comemorou os 10 anos de sua fundação. Na abertura do encontro foram homenageados várias lideranças que fizeram a história da CUT. Sindicalistas que integraram desde o 1º Conclat até os membros da atual diretoria, receberam um diploma da entidade e um kit contendo bonés, camisetas e o cartaz comemorativo ao aniversário. Outras entidades da sociedade civil como OAB, CNBB, ABI e UNE também foram homenageadas. Foi lançada também a revista da CUT, intitulada *de fato*, que terá periodicidade bimestral e distribuição gratuita.

Dos 361 delegados presentes à plenária, 53% eram vinculados à Articulação. A Corrente Sindical Classista chegou a 14% do total de delegados, aumentando a sua presença desde a última plenária, que foi de 11%.

Com 1.994 sindicatos filiados, que representam 4.072 trabalhadores associados ou 17 milhões de trabalhadores na base, a CUT se



Mesa do ato de comemoração dos 10 anos da CUT

firmou como a principal central sindical brasileira, a mais combativa e que se contrapõe à tentativa de implantação do neoliberalismo no Brasil. No entanto, para muitos sindicalistas que atuam na CUT, a resposta que a central vem dando a este problema ainda é muito limitada e reflete também a concepção de sua tendência majoritária, a Articulação, de privilegiar a negociação por cima em detrimento da mobilização dos trabalhadores. É o que ficou explícito no primeiro dia da plenária, no balanço do trabalho da entidade nesses 10 primeiros anos de vida, quando todas as demais correntes que atuam na CUT foram unânimes em responsabilizar a Articulação pelo certo marasmo que existe na entidade. Mais do que isso, acusaram a Articulação de ter abandonado a defesa do socialismo e pregaram a necessidade da Central resgatar esta bandeira his-

tórica dos trabalhadores.

Um dos pontos que poderiam ser polêmicos na plenária da CUT era a sua participação ou não nas negociações da chamada *Agenda Brasil*. A CUT chegou a participar de algumas reuniões, mas se retirou quando o governo vetou o projeto aprovado na Câmara que previa a reposição integral da inflação todo o mês. Mas já na abertura, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, reconheceu que não há mais condições de voltar a negociar na *Agenda Brasil*.

Quando fechávamos esta edição (quinta-feira), tudo indicava que a plenária deveria aprovar (na sexta), a oposição ao governo Itamar Franco, com consenso entre todas as forças. Para a Corrente Sindical Classista, segundo o documento apresentado no primeiro dia dos trabalhos, era necessário, no entanto, ir além, e aprovar uma plataforma de oposição e resistência

ao projeto neoliberal, que chegue às bases, nos locais de trabalho e nas ruas. Para o coordenador da CSC, Sérgio Barroso, um bom começo é o prosseguimento da batalha pelos 100% mensais; mobilizar contra o golpe da revisão constitucional; e resistir ao programa de privatizações.

A principal polêmica, pelo que estavam propondo todas as tendências, se daria em relação aos critérios para participação no 5º Congresso da CUT, que será realizado no próximo ano. Desde o Congresso passado, foi priorizada a participação das estruturas verticais da CUT, como federações e confederações, alijando, praticamente a presença dos trabalhadores da base. Segundo Sérgio Barroso, é necessário que isso se modifique e que o próximo ConCUT seja representativo dos 17 milhões de trabalhadores representados pela entidade.

Sintaema com sede própria

A festa de inauguração da nova sede do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo), dia 14 de agosto, evidenciou o fortalecimento do sindicalismo de marca classista no Estado. O evento contou com a presença de mais de 3 mil trabalhadores da categoria e teve expressiva representatividade política, com a participação de figuras de projeção nacional, como Lula, Mário Covas, Jair Meneguelli e o deputado Aldo Rebelo.

A nova sede, que foi construída em pouco mais de um ano, é ampla, funcional e vistosa - sem qualquer luxo ou ostentação. Ela foi arquitetada para servir às lutas dos trabalhadores. Possui um auditório com capacidade para mais de 2 mil pessoas; ampla sala para cursos sindicais; quadra de esportes; biblioteca; gráfica; salas para os departamentos do sindicato; área de informática, etc.

Para os mais de 22 mil funcionários da Sabesp, Cetesb e Fun-



Mais de 3 mil pessoas na inauguração da sede do Sintaema

dação Florestal, representados pelo Sintaema, ela é motivo de orgulho. Durante sua construção, o sindicato não deixou de investir nas lutas da categoria - demonstrando capacidade administrativa na utilização do dinheiro dos associados. Na campanha salarial de maio passado, por exemplo, a categoria foi uma das primeiras a conquistar o reajuste mensal de salários.

Este avanço da organização,

agora simbolizado pela inauguração da nova sede, foi reconhecido por todas as lideranças que participaram do ato político. Para o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, "o Sintaema se torna, a cada dia que passa, um dos sindicatos mais importantes do país". Jair Meneguelli, presidente da CUT, disse que a nova sede, "maravilhosa", é "motivo de orgulho para a central, na qual este sindicato é filiado".

"Esta sede consagra as lutas e as vitórias desta categoria, que avançou muito na sua organização nos últimos anos", afirmou o senador Mário Covas, do PSDB. Já o líder da bancada do PCdoB no Congresso Nacional, deputado Aldo Rebelo, ressaltou que, por sua trajetória de luta e pela seriedade da direção do Sintaema, "a categoria merece a sede que está inaugurando".

Além dos oradores a solenidade foi prestigiada por deputados federais e estaduais, vereadores, dirigentes partidários, líderes comunitários e representantes de sindicatos e das várias instâncias da CUT. Para Nivaldo Santana, presidente do Sintaema e dirigente da Corrente Sindical Classista, a festa comprovou o fortalecimento da entidade na categoria e na sociedade.

Após o ato político, tudo foi festa. Mais de 4 mil litros de chope foram consumidos. Grupos culturais formados por trabalhadores da própria Sabesp fizeram suas exhibições de samba e de música popular brasileira.

CSC ganha CUT de Salvador

Foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de agosto o 1º Congresso da CUT Metropolitana de Salvador, que contou com as presenças de 188 delegados representando 28 sindicatos de treze municípios. O congresso foi marcado por uma permanente busca de unidade do movimento sindical, definiu uma plataforma de lutas e elegeu uma diretoria composta por 42 membros que deverá dirigir a entidade por três anos. O operário têxtil Daniel Almeida, da Corrente Sindical Classista, foi eleito presidente.

Participaram do congresso todas as forças que atuam no movimento sindical baiano, com exceção da corrente Articulação, que decidiu se ausentar depois de ter sofrido uma fragorosa derrota na plenária estadual da CUT uma semana antes, quando a CSC elegeu 55% dos delegados para a plenária nacional e aprovou as principais propostas políticas.

Para o presidente eleito, Daniel Almeida, "essa foi mais uma atitude divisionista da Articulação na Bahia, que não tem respeitado os fóruns unitários e representativos do movimento sindical. Isso demonstra que eles só sabem conviver e respeitar a democracia quando são maioria. Porém, o fato deles não terem participado, não diminui a vitória do congresso e nem o papel que a CUT Metropolitana pode jogar na organização do movimento sindical de Salvador e da Bahia."

Acabar o imobilismo. Durante o congresso da CUT Metropolitana a principal preocupação dos delegados presentes foi definir uma linha de atuação que procurasse tirar o movimento sindical do imobilismo que a atual direção da CUT Estadual, comandada pela Articulação, tem imposto aos trabalhadores baianos. Assim foram tomadas deliberações que tem como eixos básicos o combate às privatizações, contra a reforma constitucional e contra a lei partidária com cláusula de barreira e voto distrital. Além disso, definiu um plano de ação para unificar os trabalhadores nas lutas gerais e específicas e também pela liberdade sindical, que tem sido permanentemente agredida na Bahia pelo governador Antonio Carlos Magalhães, a exemplo da perseguição que vem sendo feita contra o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes.

A eleição realizada no final do Congresso decidiu que a diretoria seria composta por 42 membros, sendo que 11 da executiva. Foram indicados pela Corrente Sindical Classista, 66% dos eleitos. Os 34% restantes ficaram divididos entre as correntes CUT pela Base, Democracia Socialista e Força Socialista.

MOVIMENTO

Comunista

Dados da realidade da China

José Reinaldo Carvalho
Membro do CC do PCdoB

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil recebeu no último dia 19 de agosto a visita de uma delegação do Partido Comunista da China que esteve em nosso país para contatos políticos. Integrada pelo presidente do Partido, camarada João Amazonas, pelo vice-presidente, Renato Rabelo e pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho, a representação do PCdoB manifestou aos camaradas chineses a saudação dos comunistas brasileiros pelos êxitos alcançados na China, ressaltando a expectativa favorável existente no Brasil em relação aos grandes esforços feitos na China no sentido da construção do socialismo.

A delegação chinesa, chefiada pelo camarada Wang Qun, membro do Comitê Central do PCCh, secretário do Comitê Regional da Mongólia Interior e presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Regional, contou também com a presença de Liu Peigen, do Birô de direção do Departamento de Relações Internacionais do CC do PCCh e de Pan Mingtao, primeiro secretário da embaixada da República Popular da China, no Brasil.

O camarada Wang Qun fez uma rica explanação, ilustrada com informações históricas e dados da realidade sócio-econômica da China, sobre as principais etapas da construção do socialismo em seu país. Ressaltou as grandes conquistas da Revolução e o papel histórico do líder do país e dirigente do Partido Comunista, Mao Tse Tung, cujas idéias, acopladas ao marxismo-leninismo, inspiraram a teoria e a ação do Partido Comunista da China.

Wang Qun enfatizou que não há modelos de construção do socialismo e que o PCCh elaborou a linha da construção do socialismo com peculiaridades chinesas, destacando nesse particular também as contribuições teóricas do dirigente Deng Xiaoping. Em relação à etapa atual do desenvolvimento do socialismo, o camarada Wang Qun

destacou que a China se encontra ainda na etapa primária do socialismo, caracterizada como uma etapa histórica muito longa. Segundo ele, nessa etapa a tarefa central é a construção econômica, o desenvolvimento das forças produtivas. Para ser cumprida, essa tarefa requer a reforma da estrutura econômica e a abertura para o exterior, criando a economia de mercado socialista, mantendo ao mesmo tempo a propriedade socialista como o elo fundamental da economia.

Segundo a orientação do PCCh, relatou-nos Wang Qun, a prioridade para a construção econômica, a reforma e a abertura, demandam, no plano político e ideológico, a aplicação dos quatro princípios fundamentais: persistir no caminho socialista, garantir a ditadura da democracia popular, manter a direção do Partido Comunista e basear-se no marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Tse Tung.

O encontro entre a Direção Nacional do PCdoB e a delegação do CC do PCCh propiciou um intercâmbio de opiniões e informações e constituiu mais uma ocasião para a confirmação dos laços de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista do Brasil, preservando ao mesmo tempo os princípios de independência e de não-ingerência nos assuntos internos.

Coréia. O Partido Comunista do Brasil recebeu do líder da República Popular Democrática da Coréia, secretário geral do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coréia e presidente da RPD da Coréia, camarada Kim Il Sung, e do membro do Presidium do Birô Político, secretário do Comitê Central do PTC e comandante supremo do Exército Popular da Coréia, camarada Kim Jon Il, mensagens de agradecimento pelo envio, por nosso Partido, de felicitações na ocasião em que se comemorou o 40º aniversário da vitória do povo coreano na Guerra de Libertação da Pátria. As mensagens dos dirigentes coreanos assinalam que as relações de amizade entre o PTC e o PCdoB se fortalecerão e desenvolverão ainda mais, conforme os interesses de ambos os partidos e povos, na luta pela causa do socialismo.

Rússia à deriva

▼ Volta e meia os fatos da política acionam o alarme da crise institucional que envolve a Rússia. A dualidade de poder entre Executivo e Legislativo arrasta-se há mais de um ano e ainda parece longe de uma solução

Umberto Martins

Boris Yeltsin ameaça com golpe e medidas anticonstitucionais (como dissolução do Parlamento e convocação de eleições antecipadas), mas seu governo - dividido, marcado por escândalos e pressionado pelo descrédito popular - dá sinais de crescente



Povo na rua contra Yeltsin

esgotamento.

Sexta-feira, 20 de agosto, milhares de pessoas saíram às ruas de Moscou em manifestação contra o governo Yeltsin. A data marca o segundo aniversário da fracassada iniciativa militar contra a desagregação da URSS, concluída pouco tempo depois. Um ato comemorando a vitória do presidente russo no episódio, realizado no mesmo dia, teve uma participação pública bem menos expressiva.

Popularidade em declínio. Nos primeiros dias de maio, após a divulgação dos resultados do plebiscito russo, favoráveis a Boris Yeltsin, porta-vozes da burguesia difundiram a idéia de que o fantasma da crise política e institucional que abala aquele país havia sido afastado. O presidente procurou capitalizar o suposto sucesso eleitoral, nomeou um grupo de políticos para elaborar uma nova Constituição, divulgou um ambicioso projeto de privatização e prometeu, para breve, a dissolução do Congresso dos Deputados do Povo e convocação de novas eleições parlamentares. Fortaleceu, por certo tempo, a impressão de que havia adquirido força suficiente para impor seus desejos aos adversários.

A vida vem mostrando que os números do plebiscito (considerado uma fraude por ex-amigos do presidente, como Mikhail Gorbachev) não autorizavam uma interpretação tão otimista. Existem fortes indícios de que o prestígio do governo entrou em processo de queda livre e as margens de manobra de Yeltsin estão se estreitando.

Uma pesquisa divulgada pelo semanário *Novidade* de Moscou dia 19 de agosto (reproduzida aqui pelo *Jornal da Tarde*) indica que apenas 15% dos habitantes da capital russa têm boas recordações sobre o malogro do golpe militar de 1991; 30% acham que o desfecho foi "uma desgraça nacional"; 43% são indiferentes e qualificam o acontecimento de "insignificante".

Uma tragédia. A vitória contra alguns generais em agosto de 1991 ganhou as dimensões de um ato épico e heróico no ponto de vista da burguesia russa, pois teria conferido força e dignidade aos propósitos capitalistas. A verdade não é bem esta. A transição à cha-mada economia de mercado na Rússia, oficializada e impulsionada desde então (embora ainda não consumada), corresponde à trajetória de uma tragédia, cujo aspecto reacionário pode ser observado em diferentes níveis.

A reforma capitalista em curso acarretou um empobrecimento nacional inimaginável há cinco ou seis anos. Estima-se uma queda de 30% no nível médio de vida dos cidadãos. Enquanto a miséria se alastra em um pólo, com a degradação das condições de vida das amplas massas populares (arrocho salarial, desemprego, liquidação de serviços públicos), noutro pólo um pequeno grupo se locupleta por meio de um enriquecimento rápido e em geral ilícito. Dir-se-ia que no capitalismo as coisas são mesmo assim e que o progresso das forças produtivas quase sempre cobra um custo social elevado. Contudo, talvez a história ainda não registre fenômeno tão singularmente degradante como a formação dos modernos capitalistas russos. A acumulação primitiva de riquezas por tal corja, que bem ou mal a revolução tinha suprimido, se dá através de uma descarada pilhagem do Estado, organização de máfias e coisas do gênero.

Envolvido em vários escândalos e com os principais assessores sendo denunciados pela oposição por corrupção, o governo Yeltsin (uma imagem perfeita da classe que representa) transformou-se num antro de ladrões.

Reserva imperialista. O senhor Boris Yeltsin, herói deste drama, ainda conta com uma reserva nada desprezível para manter-se no poder: o apoio quase unânime dos países imperialistas. A capacidade que esses possuem de continuar dando as cartas no jogo em questão não é ilimitada.

Muitos observadores notaram que, em função do colapso econômico conseqüente da transição ao capitalismo, a estabilidade política na Rússia só seria obtida, a curto prazo, através da maciça injeção de capital estrangeiro, o que demandaria algo equiparável ao "Plano Marshal".

As vésperas do plebiscito de abril, a cúpula do G-7 fez uma reunião de emergência em Tóquio, anunciando a liberação de 43 bilhões de dólares para ajudar o projeto do governo russo. Isto pode ter influenciado o resultado do plebiscito, mas na reunião realizada em julho, também no Japão, a quantia foi reduzida a uma promessa de 3 bilhões de dólares para viabilizar a privatização das estatais (provavelmente como participação acionária nas empresas à venda). É divertido lembrar que Yeltsin mereceu do G-7 o prêmio justo por elevar a Rússia à condição de refém do sistema imperialista: foi recebido e tratado como um mendigo.

A bem da verdade, é preciso verificar que o drama russo caminha em conexão com agudas crises que abalam a ordem imperialista.

Nacionalismos. As contradições no campo econômico, político e social, somam-se os conflitos entre as nacionalidades nas ex-repúblicas soviéticas e no próprio interior da Federação Russa, cuja unidade sofre sérias ameaças.

O colapso econômico naturalmente alimenta tais conflitos, que despertaram após a ressurreição da burguesia e podem conduzir os povos da região a uma tragédia ainda maior, transformando a ex-URSS numa espécie gigante de Iugoslávia.

Por outro lado, as forças que representam os reais interesses do povo ainda não constituíram uma força capaz de desafiar o governo reacionário de Yeltsin. A deriva, numa encruzilhada da história, a Rússia ainda marcha sem perspectivas.

Erramos

Na edição número 108, nesta coluna, foi atribuído o cargo de "presidente do CC do PCdoB" indevidamente ao articulista e membro do CC do PCdoB José Reinaldo Carvalho.

Internacional

Europa vai a leilão

▼ Nos meados de julho os governos dos países mais desenvolvidos da Europa anunciaram que vão acelerar a privatização de empresas estatais. São negócios que envolvem mais de 150 bilhões de dólares. Os banqueiros de todo o mundo já estão a postos

Dilermando Toni

Brevemente uma nova e poderosa onda de privatizações deverá varrer a Europa Ocidental. Os governos da França, Itália, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Grécia, Dinamarca, Bélgica, praticamente de toda a Europa, pretendem se desfazer de empresas estatais de telecomunicações, petróleo, bancos, companhias de eletricidade e outros setores, naquilo que poderia ser chamada tranquilamente de uma transação do século. Uma "operação" que irá mudar o modelo de capitalismo europeu que se apoiou fortemente no setor estatal da economia para alavancar o desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. Em alguns desses países as empresas públicas respondem por 30% do Produto Interno Bruto.

O processo deverá ganhar impulso a partir de setembro próximo,

capitaneado pelo governo francês, que pretende arrecadar US\$ 7 bilhões ainda este ano e mais US\$ 50 bilhões nos próximos cinco anos. A "quebrada" Itália pretende amalhar soma parecida e a Alemanha espera vender sua Deutsche Telekom por US\$ 40 bilhões. A revista americana *Business Week* de 19 de julho registra que esta será uma "oportunidade de enormes lucros para os bancos de investimentos inclusive para os pesos-pesados norte-americanos", extremamente interessados nas comissões e na venda das "jóias estatais da Europa", cujo "filé" são exatamente as empresas de telecomunicações (Veja a tabela).

A crise explica. Os atuais governantes dos países europeus se justificam com o argumento de que a venda irá reforçar os Tesouros Nacionais de seus países, em situação de penúria devido aos déficits fiscais e orçamentários que acabam por acumular enormes dívidas para os Estados. Com efeito, conforme se pode observar no gráfico número 1, o endividamento do setor público em relação ao PIB dos 24 países capitalistas mais desenvolvidos que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde também estão incluídos os EUA e o Japão, passou de pouco mais de 35% para 70%, ou seja, quase que dobrou em duas décadas. Na realidade os Estados dos países capitalistas desenvolvidos acham-se totalmente quebrados. Isto é um problema de natureza estrutural.

A crise que se abate sobre a Europa é a mais grave desde o fim da Guerra. O PIB da Alemanha deverá encolher agora em 93 nada menos que 2%. A recessão atinge igualmente a França, a Itália, a Holanda e a Espanha. Sem falar na

Grandes Empresas à Venda na Europa			
Companhia	Setor	Particip. Gov. (%)	Valor Part. do Governo em US\$ bilhões
França			
France Telecom	Telecomunicações	100	21.5
Gif. Aquitaine	Petróleo	51	8.9
VAP	Seguros	75	6.1
Renault	Automóveis	80	5.6
BNP	Banco	73	5.1
Usinor Sacilor	Aço	80	3.5
Rhone Poulenc	Química	43	2.9
Thomson - CSF	Eletrônicos	59	2.8
Itália			
Ener	Eletricidade	100	7.7
ENI	Petróleo	100	5.6
AGIP	Petróleo	100	5.0
STET	Telecomunicações	52	4.1
BCI	Bancos	57	2.2
Finmeccanica	Engenharia	100	1.7
SME	Alimentos	69	1.3
Espanha			
Endesa	Eletricidade	76	7.1
Ence	Produtos Florestais	55	3.3
Repsol	Petróleo	41	3.2
Telefonica	Telecomunicações	32	3.1
Alemanha			
Deutsche Telekom	Telecomunicações	100	22.1
Lufthansa	Aviação	55	1.2
Grã-Bretanha			
BT	Telecomunicações	22	8.6
National Power	Eletricidade	40	2.7
Suécia			
Nordbanken	Banco	100	2.5
Televerket	Telecomunicações	100	2.1

Fonte: Morgan Stanley e Co. / Business Week.

anêmica recuperação da Grã-Bretanha, inclusive porque o déficit financeiro fiscal previsto para este ano deverá atingir os 8,8% do PIB inglês contra um superávit de 0,9% em 1989.

A França sozinha prevê um déficit orçamentário de US\$ 66 bilhões para o presente ano fiscal. A Itália e a Bélgica possuem grandes dívidas. De uma maneira geral os déficits do setor público dos países da região aumentou muito a partir de 1989. O desemprego estrutural assola toda a Europa. A taxa deverá atingir 12% da população economicamente ativa do continente europeu até o fim do ano. Na Alemanha a VDA, associação dos fabricantes de automóveis, prevê que serão demitidos 100 mil funcionários do setor nos próximos dois anos.

Privatização não vai resolver. A Grã-Bretanha foi o país da Europa que iniciou mais cedo o processo de privatizações. Segundo consta até o presente momento teria apurado US\$ 44,4 bilhões alienando o patrimônio público a partir de 1980 com Margaret Thatcher, seguida da Alemanha com US\$ 27,3 bilhões com as vendas das empresas do lado Leste. São as maiores cifras acumuladas com privatizações em todo o mundo. Em que isso minorou a crise do capitalismo na Europa? Pelo contrário, a própria *Business Week* coloca que as privatizações previstas irão incrementar as demissões de trabalhadores e aumentar as tensões sociais à medida em que as empresas privatizadas passarem a comprimir suas folhas de pagamento.

O fato é que os Estados se endividaram com os

banqueiros e agora oferecem a eles o patrimônio público como forma de abater essa dívida. Por outro lado, as vendas de empresas estatais na Europa aparecem na medida em que a oligarquia financeira internacional tem necessidade de redividir forças entre suas frações. No caso da Itália os banqueiros avaliam que nada menos que 75% das ações das estatais a serem oferecidas serão absorvidas por investidores estrangeiros. As privatizações representam uma parte daquilo que tem se chamado de reestruturação das economias dos países capitalistas desenvolvidos, que não outra coisa senão uma forma do Estado burguês cumprir o seu papel de ajudar e fortalecer os monopólios.

Estagnação do sistema. Aliás, essa "contribuição" vem a tempo. Queda na produção, desemprego, dívidas, altas taxas de juros, perda da competitividade e outros problemas são manifestações da estagnação em que se debate o sistema capitalista na Europa e nos EUA atualmente. Se temos como base o ano de 1970, como mostra o gráfico de número 2, há um declínio tendencial no processo de acumulação (poupança) e portanto de investimentos e reprodução ampliada do capital. Tanto do capital estatal como do capital privado nos países que compõem o G-7. Mesmo que nessa média esteja incluído o Japão cuja crise é mais recente.

As privatizações em toda a Europa aparecem como uma tentativa estratégica para fugir da crise. Uma tentativa à moda burguesa que concentra ainda mais o capital e coloca nas mãos dos capitalistas privados setores lucrativos e importantes da economia e prejudica os trabalhadores, em última instância, levará a uma manifestação de crise num patamar ainda mais elevado.

Cuba trata vítimas do césio

Um novo grupo de vítimas atingidas pelo acidente radioativo provocado pela cápsula de Césio 137, em 1987, em Goiânia, irá a Cuba entre setembro e outubro para receber atendimento especializado.

Essa viagem faz parte de um protocolo assinado entre os governos cubano e brasileiro, durante a ECO/92, e que já levou a Cuba, 34 crianças e 16 adultos, em setembro de 1992. Esse grupo recebeu não só assistência específica para radiação, mas também tratamento psicológico, odontológico e até mesmo oftalmológico. O atendimento era individualizado e o protocolo previa a continuação dos cuidados aqui no Brasil, o que não foi seguido pelo governo brasileiro e pelos governos dos estados do Rio de Janeiro e Goiás, partes integrantes do acordo.

Os brasileiros foram atendidos no Centro Hematológico de Cuba, um dos melhores e mais equipados do mundo. Foi inclusive lá que foram tratadas 10 mil crianças vítimas do acidente da Usina Nuclear de Tchernobil, na antiga União Soviética. O chefe do Centro, Dr. Dotre, o mesmo que cuidou das crianças soviéticas, virá ao Brasil fazer a triagem do novo grupo.

Gil fará show de solidariedade

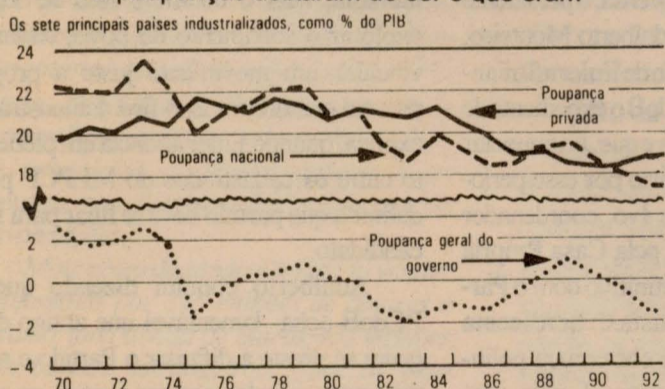
A repercussão do tratamento dispensado aos goianos pelo governo cubano tem repercutido bastante na cidade. Um conjunto de entidades, parlamentares, partidos políticos e até mesmo a Prefeitura de Goiânia, lançou a campanha "Goiânia agradece o carinho do povo cubano."

O objetivo da campanha é denunciar o violento e cruel bloqueio norte-americano, defender a autonomia e independência de Cuba e, sobretudo, recolher donativos para serem enviados junto à delegação brasileira.

O vereador Aldo Arantes articulou todas as lideranças partidárias na Câmara Municipal de Goiânia e propôs uma sessão especial em solidariedade a Cuba. O ministro conselheiro da embaixada de Cuba no Brasil, Rodolfo Sarracino, esteve presente à sessão, assim como, deputados estaduais, sindicalistas, lideranças estudantis, populares e membros do secretariado municipal.

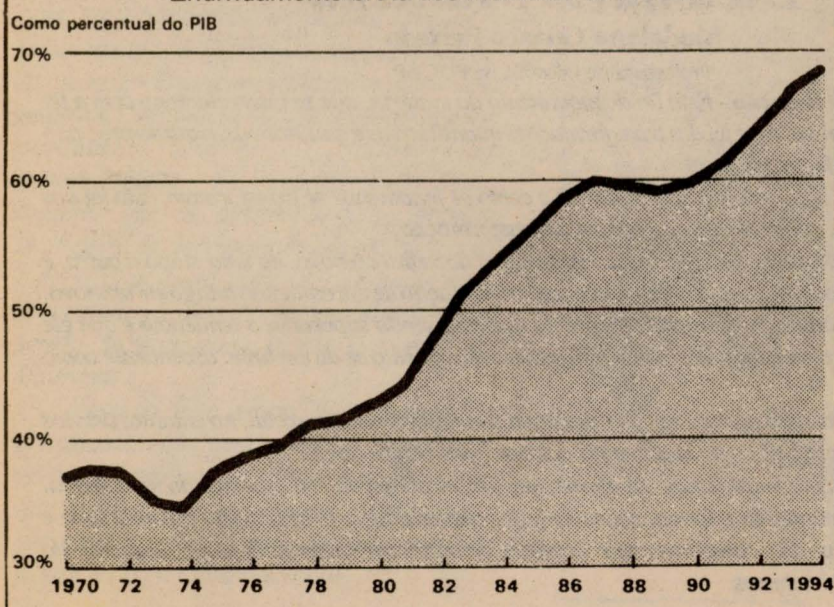
O cantor e compositor Gilberto Gil já se dispôs a fazer um show na cidade, com a renda voltada para a aquisição de donativos para Cuba. A campanha visa recolher leite em pó, material escolar, roupas, remédios (principalmente antibióticos, analgésicos e vitaminas), brinquedos etc.

Gráfico 2
As poupanças deixaram de ser o que eram



Fonte: Perspectiva Econômica Mundial do FMI, abril de 1993

Gráfico 1
Endividamento bruto dos membros da OCDE



CONSCIÊNCIA Socialista

Conhecer mais e mais o Partido

Ronald Freitas

Membro do CC do PCdoB

Chegamos ao fim das Convenções Municipais. Em 28 e 29 de agosto realizaram-se as últimas que garantirão a confirmação do registro definitivo do PCdoB na Justiça Eleitoral. Isso se constitui em importante vitória política e, sem dúvida, credenciará ainda mais o nosso Partido na cena política nacional.

As Convenções foram realizadas nos mais diferentes pontos do país. Em "zonais" de capitais como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Manaus; em capitais como Aracaju, Brasília e Rio Branco; e cidades interioranas como Tefê e Alvarães, no Amazonas; Anápolis, em Goiás e Luiz Corrêa, no Piauí. Elas revelam, pela sua disposição geográfica, um Partido presente em todo o país. Das mais importantes metrópoles ao mais recôndito interior, somos indiscutivelmente um Partido nacional.

Problema vital. Tudo isso nos remete a um problema vital para um adequado processo de direção do Partido. É necessário nos conhecermos mais e mais. É óbvio que existe uma razoável base de conhecimento de nossa realidade por parte das direções, cada nível conhece e vivencia o dia-a-dia político e organizativo da sua esfera de atividade. Mas chama atenção que muitas vezes esse conhecimento é empírico, espontâneo e isso faz que com frequência na atividade de direção sejamos voluntaristas ao não combinarmos corretamente as necessidades políticas com a realidade de nossas forças. Quantos somos? Quanto tempo de Partido tem a militância? Como nos organizamos? Onde atuamos? Como anda a formação e o nível teórico do coletivo? Estas e outras perguntas muitas vezes ocorrem a direções e dirigentes e de uma adequada resposta a elas, em muitos casos, depende o êxito nas atividades políticas que enfrentamos.

Pesquisa reveladora. No processo de Conferência de São Paulo (capital) recentemente realizado, procuramos dar uma resposta, a mais concreta possível a essas e outras indagações.

Fizemos uma pesquisa que ouviu todos os militantes que participaram do processo de preparação da Conferência, o que nos possibilitou ter uma visão quantificada dessa realidade e muito ajudará a uma avaliação da nossa atuação na capital paulista.

Em São Paulo, o Partido vive um momento de êxitos. Elegeu dois vereadores, tem significativa presença no movimento sindical e cresce junto à juventude estudantil (universitários e secundaristas) etc. Tendo isso como pano de fundo, a pesquisa revelou alguns números que chamam a atenção: só 8% dos filiados milita; 30% do contingente partidário é composto de mulheres, que representam 51% da população da capital, segundo o IBGE. 39% dessa militância tem até quatro anos de Partido (os organismos de base se estruturam 26% nos bairros, 24% em categorias profissionais e 22% em empresas). A vida orgânica é reveladora, 12% do coletivo reúne-se semanalmente, e quanto a informação/formação, 30% do coletivo não adquiriu o livro do 8º Congresso do Partido.

Claro está que esses e outros números revelam um "momentum" do coletivo, mas são indiscutivelmente um precioso instrumento, que adequadamente utilizado pela direção facilitará o seu trabalho e poderá balizar suas atividades.

A experiência realizada em São Paulo permitiu compreender melhor os mecanismos de realização de uma pesquisa dessa natureza e agora procuraremos estendê-la a outras cidades e progressivamente a todo o Partido.

Ajudante de campo. Não existe a pretensão que pesquisas como essa sejam a "vara de condão" que mudará nossa realidade e superará automaticamente as nossas debilidades. Mas não temos dúvida de que são um precioso "ajudante de campo" na nossa luta pela construção de um Partido concreto, grande e à altura de suas responsabilidades políticas.

Vitória no Rio

Wevergton Brito Lima

O PCdoB do Rio de Janeiro já realizou o número mínimo de Convenções Municipais necessárias para confirmar o registro definitivo do Partido no estado. A cota foi atingida no dia 15 de agosto, com a realização das convenções da 13ª zona eleitoral (Jacarepaguá), 22ª zona eleitoral (Leopoldina), Queimados, São João do Meriti e Miguel Pereira. Além dessas, foram realizadas convenções nos municípios de Cordeiro, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, Duas Barras, Rio Bonito, São Sebastião do Alto Paracambi, Parati, Niterói, Belford Roxo, Volta Redonda,

adesões conquistadas durante as campanhas de filiação foi garantida pelo plano de metas estabelecido pela Direção Regional, que priorizou as áreas de maior concentração da classe operária, onde o Partido tinha atuação efetiva.

A maioria das Convenções, no Grande Rio, transformou-se em atos políticos, com debates, apresentação do vídeo do último programa nacional do Partido, eventos culturais e a presença de outras forças políticas. Para Dilcéa Nahon, secretária de organização da Direção Regional, a realização das Convenções, "é uma possibilidade de desenvolver um maior trabalho entre o povo, filiando novas pessoas e procurando incorporá-las à militância partidária." Já estão programados cursos teóricos destinados aos novos filiados, além de um ativo de organização visando discutir a incorporação desses companheiros.

A Direção Regional elaborou um calendário que servirá de base para a ação partidária até o final do ano. Tendo como ponto de partida a realização das Convenções, o calendário é constituído por dois grandes seminários, três tipos de cursos, pela publicação de uma Tribuna de Debates e pela eleição de delegados à 7ª Conferência Regional. A realização desta Conferência estará associada a um esforço de ampliação do PCdoB, de intensificação de sua estruturação orgânica e de ampliação da sua influência na vida política do estado.



Outdoor da campanha de filiação em Campinas-SP

Cachoeiras de Macacu, Paulo de Frontin, Mendes, Paraíba do Sul, Quatis e Resende.

A qualidade das mais de duas mil

Ambição corrompe Euler

Em carta publicada no jornal de Goiânia *O Popular*, de 19 de agosto, Euler Ivo comunica sua desfiliação do PCdoB por dois anos.

Em entrevista à imprensa, o presidente do PCdoB de Goiás, Adalberto Monteiro, referiu-se ao comunicado de Euler afirmando que não existe no PCdoB o expediente de desfiliação por dois anos e que, ao anunciar seu afastamento partidário por esse período, o ex-dirigente Euler Ivo, coordenador do Movimento de Luta pela Casa Própria (MLPCP) rompe em definitivo com o Partido. Para os comunistas, acrescenta Adalberto, Euler Ivo se corrompeu politicamente por ambição pessoal, pela promessa de um mandato de deputado. Euler hoje é um adesista, apenas um a mais na

lista dos que foram cooptados pelo governador Iris Resende.

Segundo Adalberto Monteiro, o PCdoB não é e nunca foi contra a luta pela moradia, mas é contra o fato de Euler explorar o sofrimento do povo, tentando vincular um movimento justo a projeto pessoal eleitoral. Isso fica demonstrado, explica, quando Euler anuncia um plebiscito entre os cadastrados do MLPCP para definir a que partido deve se filiar para sair candidato.

Adalberto conclui dizendo que o PCdoB acha lamentável que antigo dirigente se preste a difamar o Partido e seus dirigentes e parlamentares porque, na prática, acaba fazendo coro a setores reacionários que atacam o PCdoB.

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto

Professora de Filosofia da PUC-SP

Lei da negação da negação - Esta lei do movimento da matéria, que se interrelaciona com a lei da unidade e luta dos contrários e lei das transformações quantitativas e qualitativas, trata do processo do movimento como linha ascendente.

As duas leis anteriores nos mostram o porquê e como os fenômenos se transformam, esta lei nos mostra em que direção, como tendência, ocorre a transformação.

A transformação de uma coisa em outra, a passagem do velho ao novo, de uma etapa a outra, é anegação. Negação não significa a abolição, mas a transformação de um conteúdo antigo em um novo.

Como o novo é produto do desenvolvimento do que está sendo superado, a tendência é que ele seja superior, mais complexo, mais desenvolvido, assim o movimento se dá em linha ascendente como um espiral.

Esta lei é tendencial, isto porque o caráter dialético do movimento não exclui, no entanto, desvios temporários da tendência básica do movimento inferior para o superior.

O método revela também algumas categorias que nos mostram outros aspectos do movimento, Essência e aparência, conteúdo e forma, causa e efeito, e assim por diante. Essas e outras possibilidades de realidade, são algumas das categorias que revelam de maneira interrelacionada aspectos do movimento de fenômenos e objetos.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Dicas

Comunistas apresentam propostas



Não perca dia 2 de setembro às 20h30 o programa do PCdoB em rede nacional de rádio e TV, com a opinião dos comunistas sobre a conjuntura nacional.

Chico Buarque está certo

O compositor e escritor Chico Buarque está sendo processado pelo ex-diretor da Rede Globo Paulo Cesar Ferreira. O processo foi aberto porque em entrevista, Chico chamou o senhor Ferreira de "dedo duro", ao lembrar de fato ocorrido no 4º Festival Internacional da Canção (FIC), em 1971. No Festival, promovido pela Vênus Platinada, Chico e outros compositores decidiram protestar contra a ferrenha censura da época no país. Para mostrar o descontentamento com a situação, eles resolveram não apresentar suas músicas na final do FIC. Então, os artistas tiveram que prestar depoimento no



DOPS. Paulo Cesar Ferreira que representava a Globo, segundo Chico, aliou-se aos policiais ameaçando os artistas com o enquadramento deles na Lei de Segurança Nacional, o que de fato veio a ocorrer.

Procurado pelo advogado do senhor Ferreira para fazer um acordo, propondo a Chico que não divulgue mais o episódio, o compositor respondeu não poder cercear sua memória. Num país com tão pouca memória, a atitude de Chico Buarque mostra que a verdade histórica resiste à depreciação do tempo. (M.R.)

CUT lança revista

Em circulação desde o dia 28 de agosto, a revista *de fato*, editada pela Secretaria de Imprensa da Central Única dos Trabalhadores, será distribuída entre os dirigentes sindicais ligados à entidade. Com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, a revista tem periodicidade bimestral e abordará temas que interessam aos trabalhadores. Política, sindicalismo, cultura e outros temas receberão uma abordagem diferenciada do que estamos acostumados a encontrar na grande imprensa. No primeiro número, a *de fato* relata a

luta pela conquista do reajuste mensal de 100% da inflação, mostrando inclusive a luta nos bastidores do Congresso. Há também matéria sobre a luta do sindicalismo rural em favor da reforma agrária, referente a situação das crianças e jovens trabalhadores, o golpe da revisão constitucional, a CPI das Privatizações, etc. Maiores informações na Secretaria de Imprensa da CUT-Nacional, sita à rua São Bento, 405 - edifício Martinelli - centro - São Paulo - SP - CEP 01008-960. O telefone da CUT é (011)232-4513. (M.R.)

ASSINE A CLASSE

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
 Cidade _____ Estado _____
 Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: Cr\$ 1.200,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 600,00
 Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 2.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

Cultura



Caetano e Gil lançam *Tropicália 2*

O poder inovador de Caetano e Gil

Marcos Ruy

Em quase 30 anos de carreira e com 51 de idade, Caetano Veloso e Gilberto Gil, além de compositores, marcaram presença no cinema, na TV e na literatura. Juntos eles elevaram a música popular brasileira a níveis raramente vistos. E também constituíram-se nos principais representantes do movimento tropicalista, surgido em 1967. Movimento que tentou formar uma identidade nacional na cultura brasileira. Para comemorar as "bodas de prata" do tropicalismo, a dupla resolveu gravar um disco em parceria. Caetano Veloso diz que "este é um disco de 25 anos para comemorar os 26 anos do tropicalismo. Foi concebido inicialmente como um meio de fugir às outras formas de comemoração que nos eram propostas." Ele complementa afirmando que os dois compositores não queriam muita bajulação e tiveram a idéia de fazer "um disco que valha por si mesmo como uma reafirmação da garra tropicalista." Fizeram o *Tropicália 2*, que já chegou às lojas de todo o país.

Para Gilberto Gil, o mais importante é o fato ter-se "reu-

nido a Caetano num projeto de colaboração e criação". Mesmo nas quatro regravações ocorridas, a marca da criatividade e inventividade destes baianos pode ser apreciada. *Tropicália 2* vai do experimentalismo da canção *Rap Popconcreto*,

de Caetano à regravação de *Cada Macaco no seu Galho*, de Riachão. Com sambas, rock, funk, rap e tudo isso misturado, bem ao gosto do tropicalismo, o disco vislumbra a possibilidade de um futuro melhor para o Brasil, partindo da necessidade de se conhecer a alma do povo brasileiro.

José Miguel Wisnik afirma que "sem recorrer a nenhum revival saudosista, circunstancial ou temático", o disco "é tipicamente tropicalista." Para ele, "o deslocamento dos gêneros, por meio do qual as canções se comentam, é um método de reconhecimento das diferentes forças que estão em jogo no modo como as músicas são usadas habitualmente, é um método de revelação e multiplicação do significado desse uso."

"O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui." Com esse refrão a faixa *Haiti*, de Caetano e Gil fala do racismo e coloca a situação de miséria dos povos dos países dependentes. Já no samba *Cinema Novo*, a dupla faz um retrospecto do debate inserido na cultura brasileira, na intenção de construir uma cultura nacional.

Como expoentes máximos da cultura do país, Caetano Veloso e Gilberto Gil sempre acreditaram no poder transformador do povo.



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfoque Impressão: Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Silvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhangüera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 225-1540 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



▼O capitalismo não apresenta saídas para melhorar a situação da humanidade. E o desencanto com a vitória da “nova ordem mundial” se aprofunda. O desafio dos socialistas é se tornarem a alternativa real à barbárie imperante

Carlos Pompe

“Tem um pesadelo me perseguindo. Depois de perdemos a maior ilusão da nossa singularidade, a de que éramos os mestres inigualáveis do futebol num mundo de cinturas duras, não há razão para não perdemos todas as outras.”

Luís Fernando Veríssimo

“Aqui jaz um século semiótico e despótico, que se pensou dialético e foi patético e aitético.”

Afonso Romano de Sant’Anna

“Acredite-me, já perdi toda confiança nas hipóteses, nos nossos itinerários, nos nossos planos e temo que tudo isso acabe dando em nada.”

Lenin

Com a queda do Leste europeu e o domínio da “nova ordem mundial”, o desencanto se espalhou como uma colossal onda nos setores que sempre batalharam e confiaram na possibilidade de um mundo novo, sem injustiças. Um mundo de igualdade e liberdade, sem fome e sem exploração parece ter sido condenado definitivamente para as páginas de livros utópicos, de autoria de sonhadores.

O império da nova ordem tem, de fato, sido cruel. Não contentes em decretar o fim da história, seus ideólogos fazem uma revisão de todos os avanços sociais ocorridos neste século - em especial as conquistas do socialismo - e os jogam no lixo. Igualam o socialismo ao nazismo e encobrem as realizações sociais e materiais ocorridas na URSS e em outros países com o manto das denúncias aos erros e crimes cometidos no período. Já não há necessidade de comprovar nenhuma acusação. Basta responsabilizar o socialismo, os comunistas e seu partido - ou a esquerda, de um modo geral - por esta ou aquela barbaridade ocorrida e qualquer disparate assume a autoridade de uma verdade incontestável.

Simultaneamente, impera a desgraça de nosso tempo: povos e nações são sacrificados em função da desmedida sede de lucro dos capitalistas. Trabalhadores são jogados contra trabalhadores

DESESPERAR JAMAIS

em ações racistas na Europa, Oriente Médio e África. A soberania dos países é pisoteada e bombardeada pelos governos representantes das multinacionais e das oligarquias. Guerra da Iugoslávia; conflitos armados na ex-URSS; bombardeios ao Iraque, à Somália, ao Líbano; ressurgimento do nazismo na Europa; extermínio de crianças e adolescentes e política de miséria na América Latina; manobras militares norte-americanas na Ásia; desemprego em massa em todo o planeta.

Rebeldia continua a existir. Não há massacre ideológico que convença um faminto de que ele não deve se revoltar contra sua situação. Qual animal encurrulado, o miserável ataca o alvo mais próximo e busca a sobrevivência. Ai está a criminalidade em ascensão em todo o planeta como prova irrefutável. Mas nem só de rebelião individual é feita a resistência à nova ordem. Grupos fiéis a esta ou àquela seita radical também atuam com vigor contra a ordem dominante. Realizam atentados, lançam manifestos, por vezes fazem ataques suicidas, mas cobram o reconhecimento de sua existência e a divulgação de suas propostas. Comu-

nistas, socialistas e demais setores progressistas também continuam a atuar, enfrentando dificuldades, buscando vitórias aqui e ali, acumulando forças para embates de maior envergadura.

Contra-ataque feroz. Os assalariados da burguesia logo tratam de contra-atacar, rebaixando as ações radicais ao nível de loucura de fanáticos e fingindo ignorar suas denúncias e reivindicações. Situam as revoltas populares dos desesperados como ações tresloucadas de bárbaros subumanos. Como se não fossem bárbaras e subumanas as condições de vida impostas à gente simples e as humilhações a que são submetidas pela “gente de bem” que governa o planeta.

No desespero para legitimar esse estado de coisas, os porta-vozes das classes exploradoras buscam enterrar conceitos como o da luta de classes, como o regime de exploração capitalista, como o do estágio imperialista da sociedade etc. Para que o “fim da história” seja real, é necessário acabar com o instrumental teórico que possibilite analisar a atualidade. Para demonstrar que a humanidade chegou no estágio de seu apogeu e nada há a ser melhorado, é necessário

negar o que acontece a nossa volta. E aqueles que insistem em abrir os olhos devem ser repudiados como seres agourentos, saudosos de ilusões, que só observam o negativo deste admirável mundo novo.

É inevitável que tal situação tenha seus reflexos no espírito dos inconformados, dos militantes e intelectuais que se negam a aceitar que o atual estado de coisas não é o único possível. Sintomas dessa situação podem ser constatados no desânimo expresso em artigos e obras espalhados por jornais, revistas e livros; na falta de empenho de militantes políticos e sindicais no cumprimento de suas atividades e no peitar novos desafios; na falta de perspectiva para lutas sociais e políticas.

Não é para menos. Nunca a situação foi tão difícil para os revolucionários, que agora não enfrentam apenas a brutalidade policial dos governos reacionários e a ofensiva ideológica, mas têm também que acertar contas com um passado que acabou não resultando no que todos prevíamos e desejávamos: a expansão incessante e crescente do socialismo, vitória após vitória, até abarcar todo o planeta. Sem dúvida, os inumeráveis êxitos do socialismo e a euforia com a vitória da URSS sobre as tropas nazistas na Segunda Guerra embasavam essas previsões.

Mas elas não se concretizaram. Pior. A URSS mudou de rumo e, depois, se esfacelou. O Leste europeu desabou. Cuba amarga terríveis dificuldades, cercada e hostilizada pelos EUA. Outras experiências que continuam a existir sob a bandeira do socialismo não galvanizam a opinião pública. Inclusive porque muitos dos erros do passado continuam presentes.

O socialismo vive. Contudo o império do capitalismo continua mergulhado em contradições profundas, marginalizando multidões, violentando a sociedade e a própria natureza em proporções nunca vividas. Com seus métodos, com sua lógica interna, nada oferece de positivo para o futuro. Tem que ser substituído, e seu substituto tem nome: socialismo. Por mais que o desacreditem: socialismo. Por mais que tenha que corrigir os próprios erros: socialismo.

Em tempo: a frase de Lênin, citada no início deste artigo, é de uma carta endereçada a Boris Nikolajewitch Noskoff, em agosto de 1902. Mais adiante, na mesma carta, escreveu: “Isto se passa tal qual o escrivemos em nossos livros: Há massa humana, mas não há homens. Temos que achar uma saída tão depressa quanto possível, pois o tempo urge e o número de nossos inimigos cresce.”

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Colagem de Maiakovsky propagandeia a revolução